e ainda

MAPA ASTRAL pág. 14
O FUTURO ESTÁ LANÇADO, AZAR O TEU!

DESNORTE pág. 15
CRÓNICA DE AMOR E GUERRA

CONTRAMAPA pág.16
MEU QUERIDO MÊS DE AGOSTO

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 3
SETEMBRO 2013 / BIMESTRAL / ANO 1
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

No grande jogo da política és tu que perdes

págs.10 a 13

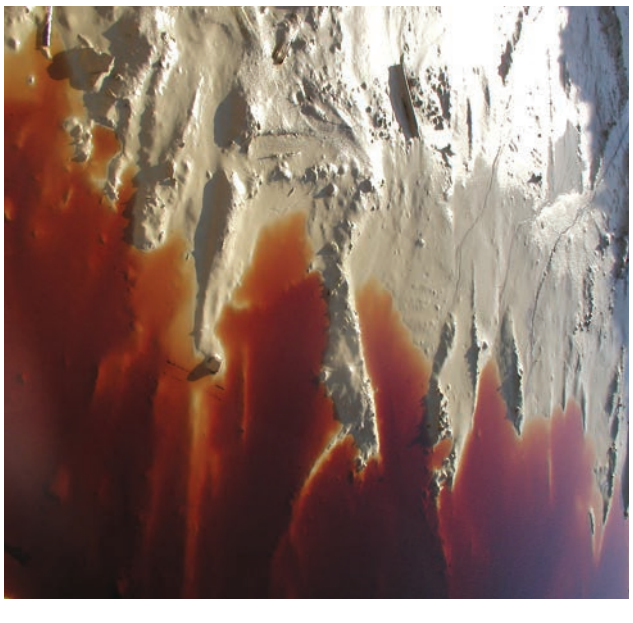
29 de Setembro, assinala o desfecho do grande circo das eleições autárquicas depois de semanas de sessões contínuas em que somos chamados a escolher aqueles que nos representarão a nível político nas cidades, vilas e municípios onde vivemos. Olhar para a arena e escolher um candidato dentro da paleta disponível é a última coisa que necessitamos. É bem mais importante olhar para a questão, para lá do jogo da política profissional e questionarmo-nos sobre qual o impacto que esta tem nas nossas vidas. O Jornal MAPA recolhe casos e opiniões sobre as autárquicas e as campanhas eleitorais, mas avança no tempo e olha para a frente, para o sistema político em que vivemos.

SAMUEL BUTON

Entre a espada e a parede

págs. 5 a 7

A recém aprovada lei do graffiti é um sério aviso à rua no sentido de deixar claro que não serão toleradas formas de expressão que não sejam autorizadas e licenciadas. Um passo na direção da hegemonia de formas institucionais de comunicação como a propaganda partidária ou a publicidade. Em momentos de convulsão social as paredes transportam, muitas vezes, mensagens que não estão escritas em mais lado nenhum.



Nem tudo o que brilha é ouro

pág. 4

É sabido que a atividade mineira tem grandes impactos no meio ambiente onde se instala. Mesmo assim a empresa canadiana Colt Resources conseguiu aprovação, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, para iniciar uma exploração mineira de ouro na freguesia de Boa Fé, Évora, em 2014. O projeto enfrenta, no entanto, a oposição de um grupo informal de moradores.

Uma avenida fechada a grades

pág. 8 e 9

Na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, muitas entradas de prédios foram fechadas com gradeamentos e deram lugar a uma transformação do espaço que não é consensual na zona. Mais grades e mais "febre" securitária a juntar às constantes rusgas policiais nesta artéria da cidade.

EDITORIAL

Novo circo, velho espetáculo

SAMUEL BUTON

A 29 de Setembro, o grande circo tem o seu desfecho depois de semanas de sessões contínuas. Somos chamados a escolher aqueles que nos representarão a nível político nos municípios e freguesias onde vivemos. Olhando em qualquer direção, somos atacados pela frenética campanha eleitoral que nos enche os ouvidos, os olhos e, se não tivermos cuidado, a alma. Bastam 3 minutos de atenção para concluirmos que os candidatos, sejam de que partido forem, têm como denominador comum o facto de se considerarem a eles próprios os mais competentes, os mais aptos ou os únicos que se encontram à altura da tão árdua tarefa de comandar os destinos do município ou da junta de freguesia. Uns declaram querer um *Porto Forte*, outros querem-no *virar ao contrário*. Outros há ainda que *querem fazer* ou, dependendo do lado para onde acordaram, *sentir Lisboa*. Por todo o país sucedem-se promessas de velhos conhecidos ou de jovens promessas sorrindo entre as gravatas institucionais e os *blazers* informais. Fica-se com a impressão de que a democracia, esse produto que nos vendem como o sabonete com o mais agradável odor, se traduz na prática em haver uma lista infindável de candidatos que, sem perceberem nada das vidas concretas das pessoas, pretendem geri-las, ou pior ainda, conhecendo-se de há muito pela vizinhança da freguesia, rapidamente as reduzem à mera condição de fregueses das suas redes de clientelismo, corrupção e compadrio. Autoproclamados especialistas que, munidos de orçamentos, estatísticas, inquéritos e gabinetes, tratam dos interesses próprios em primeiro lugar e, como se não bastasse, ainda se divertem a brincar com as leis que fazem, uns com leituras criativas, outros com tentativas de impugnação de listas concorrentes. E nas autárquicas, o jogo dos pequenos poderes na santa terrinha não é menos nauseabundo do que as disputas já gastas entre os figurões políticos.

> **A democracia, cuja essência todos os políticos dizem conhecer, enquanto se contradizem sobre a forma como ela deve funcionar, é, inevitavelmente, a grande falácia da atualidade**

Enquanto os candidatos se digladiam nas arenas, ardem os montes, destruindo um sem número de espécies e ecossistemas, mas também dinâmicas sociais e económicas locais, tendo já sido ceifadas 8 vidas de bombeiros. São então feitos os cálculos para determinar qual a área ardida e produzir análises baseadas na ideia de que a floresta pode ser um investimento, uma aposta de lucro ou um mercado a explorar. Entretanto, os mesmos políticos que se desdobram em pedidos de condolências às famílias dos bombeiros, aprovam um novo regime de arborização que é um convite declarado à indústria da celulose e à sua matéria-prima principal, o eucalipto que facilita a proliferação das chamas como nenhuma outra espécie.

Eis então que vislumbramos uma coisa que faz mais sentido do que mil análises de especialistas: os bombeiros morrem na guerra contra os incêndios enquanto os políticos vivem na paz dos seus gabinetes. O fogo, sempre tão determinado na sua ação, enganou-se. Com tantas coisas que por aqui abundam, que nos fazem viver de joelhos e cabisbaixos, e com as quais se podia alimentar, tinha logo que ir consumir matas e florestas. Votar nestes políticos ou em qualquer outros é, felizmente, uma prática em desuso. Nas eleições autárquicas de 2009, a abstenção chegou aos 40% e, à medida que a confiança nas lideranças, nos chefes e nos patrões se afunda no ralo, torna-se urgente pensar no que podemos fazer por nós próprios.

Para lá da abstenção, a gestão autónoma das nossas vidas é uma prática à qual, infelizmente, falta dar uso, mas à qual teremos de dar inevitavelmente atenção. A bem ou a mal, serão as discussões sobre **o que comer** que acompanharão as subidas abruptas dos preços dos alimentos, por exemplo. Tal como as discussões sobre **onde viver** acompanharão a impossibilidade de pagar os arrendamentos. Os próximos episódios continuarão a trazer surpresas e a nova temporada, embora fresca e nova, trará os mesmos personagens.

Para lá das autárquicas (e também para cá), estão as consequências da aplicação da nova lei do graffiti e os impactos da paranoia securitária na Avenida Almirante Reis em Lisboa, mas também as marcas da nova exploração de ouro na freguesia da Boa Fé e a repressão aos trabalhadores do Minipreço.

A democracia, cuja essência todos os políticos dizem conhecer, enquanto se contradizem sobre a forma como ela deve funcionar, é, inevitavelmente, a grande falácia da atualidade. Por entre mais austeridade e mais crises, lá se vai afundando e mostrando a sua verdadeira cara, cada vez mais siamesa da ditadura. E se isso é algo que se revela no desencanto da política e da abstenção, surge ainda mais no encanto da expressão apolítica, e na lógica da ação individual e coletiva, onde a representatividade democrática se perde por entre a dispersão, a espontaneidade, a rapidez e a simultaneidade de revoltas que podem surgir por onde quer que seja.

Os episódios desta temporada são tantos e diversos que é difícil saber para onde olhar. Talvez um mapa nos dê jeito.

Ameaçado o último troço de costa natural do centro do Algarve

A Lagoa dos Salgados - o último troço de costa natural do centro do Algarve – está de novo ameaçada pelo mega turismo do golf e resorts. A defesa desse local único tem tido a voz ativa da Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados, que critica uma Avaliação Ambiental que branqueia mais um enorme atentado ambiental.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Salgados: um local único à observação da avifauna

No que parece impossível, entre Armação de Pêra e Albufeira, subsiste um local único e essencial à bio diversidade costeira e em particular à avifauna: a Lagoa dos Salgados. Em conjunto com o sapal de Alcantarilha, o cordão dunar da Praia Grande e os terrenos agrícolas limítrofes, a zona é reconhecida como um corredor ecológico e área natural de conservação prioritária. Está ameaçado por mais do mesmo no algarve: turismo de golf e resorts.

Situa-se ao lado do Empreendimento e Golfe da Herdade dos Salgados, hoje à beira da falência. Como se tal não bastasse o grupo financeiro Galilei (ex Sociedade Lusa de Negócios, ligado ao escândalo do BPN) pretende agora construir na margem ocidental da Lagoa o mega-empreendimento da Praia Grande: 358 hectares com 4000 camas por 3 hotéis e 2 aldeamentos turísticos, espaços comerciais e um campo de golfe de 18 buracos.

A pressão exercida pela Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados e a sua petição com mais de 20 mil assinaturas levou a que no início de 2013 o processo de destruição tivesse que ser sujeito a Estudo de Impacte Ambiental (EIA), assim suspendendo a construção do empreendimento já avalizado por um Plano de Pormenor de 2007. E ao mesmo tempo que o enquadramento legal e do ordenamento territorial vai sendo rapidamente ajustado aos interesses financeiros, passam-se anos para que a Lagoa dos Salgados seja finalmente classificada como área protegida e/ou área da Rede Natura 2000, ou implementado o Plano de Valorização e Gestão de 2008, como reclama a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). Esta associação lembra ainda como têm sido ignorados os sucessivos atentados à Lagoa, pois "sempre que os interesses do golfe da Herdade dos Salgados são postos em causa, a lagoa sofre: desde aberturas ao mar em plena época de reprodução, até à extração ilegal de água para rega do golfe." As obras com vista a aumentar o caudal de efluentes tratados para a lagoa (como para o uso do Golf), tiveram inicio a duas semanas das eleições autárquicas, anunciando a tão reclamada requalificação da lagoa.

> O grupo financeiro Galilei (ex-Sociedade Lusa de Negócios, ligado ao escândalo do BPN) pretende agora construir na margem ocidental da Lagoa o mega-empreendimento da Praia Grande

Como considera a Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados, se a suspensão por via do EIA foi um ganho, este "não passa de um procedimento para tentar justificar aquilo que será, se for implementado, um enorme atentado contra o interesse público." Com a decisão do EIA a ser conhecida brevemente e perante o que poderá significar o fim do último troço de costa natural do centro do algarve, há todos os motivos para ganhar força o protesto contra este novo mega-empreendimento algarvio.

Solidariedade-In, CGTP-Out

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Foi um final de tarde com muitos sabores. O mais forte e vibrante, o da solidariedade. Não julgava possível que uma situação concreta e, diga-se, pequena pudesse, em tão pouco tempo, mobilizar tanta gente. E era mesmo muita. Dezenas de pessoas que decidiram responder a uma convocatória que apelava à invasão e ao bloqueio do Minipreço, que exerceu represálias sobre 4 trabalhadores que fizeram greve no dia da Greve Geral.

Muitos sabores. O picante paladar da força. Ali estava muita gente empenhada em levar a bom termo a ideia de bloquear a loja. Contra a vontade dos directores da loje e contra a polícia, se preciso fosse. E foi.

E o doce sabor da vitória. Várias pessoas desistiram de entrar, ao ver a confusão cá fora. Outras acabaram por deixar carros de compras cheios dentro do supermercado ao repararem que, se quisessem mesmo levar aquilo para casa, iam demorar horas. O Minipreço da rua Miguel Bombarda esteve literalmente bloqueado durante as suas duas últimas horas de funcionamento.

Por vezes, uns sabores arrastam os outros. Neste caso, estes de que falei trazem consigo o da esperança. Afinal, as pessoas existem. E existe o espírito forte e combativo de quem sente que está a fazer a coisa certa. O que deixa antever que um aumento de contestação social, não tanto orientada para a Troika ou outras entidades semi-etéreas mas mais virada para questões do quotidiano, é uma possibilidade ao virar da esquina.

Mas nem toda a refeição foi tão saborosa. Muita gente teve até dificuldades em engolir, quando leu a nota à comunicação social do Sindicato dos Trabalhadores do Comercio Escritórios e Serviços de Portugal, que, pelo seu carácter revelador, passo a transcrever aqui:

"*A Comissão Sindical CESP/ CGTP, na empresa Dia Portugal Supermercados, vem desta forma repudiar quer o boicote pedido quer as acções que outros grupos estão a marcar que nada têm a ver com trabalhadores do grupo ou seus representantes, nem ajudam à resolução dos problemas que afectam os trabalhadores*"

Mas o que me pareceu mais generalizado foi o gosto fétido dum pêssego de pele imaculada e interior podre. Para muitas daquelaspessoas – à excepção, talvez, de quem encara a pertença partidária,ou sindical, como uma questão de fé –, houve uma brecha que se abriu a partir da qual puderam ver o interior do fruto. Um sindicato que devia solidarizar-se com os trabalhadores, afinal, mais do que demarcar-se, repudia aquele acto de solidariedade. Que, entre estar com quem luta pelo direito à greve – porque era basicamente disso que se tratava – e com quem discrimina grevistas, prefere os segundos (de que outra forma se explica que um comunicado de imprensa dum sindicato chegue às mãos das chefias dum Minipreço? O que significa enviar um texto que diz tanto o que os chefes gostam que até é largamente fotocopiado e afixado por eles?).

> Dezenas de pessoas decidiram responder a uma convocatória que apelava à invasão e ao bloqueio do Minipreço, que exerceu represálias sobre 4 trabalhadores que fizeram greve no dia da Greve Geral

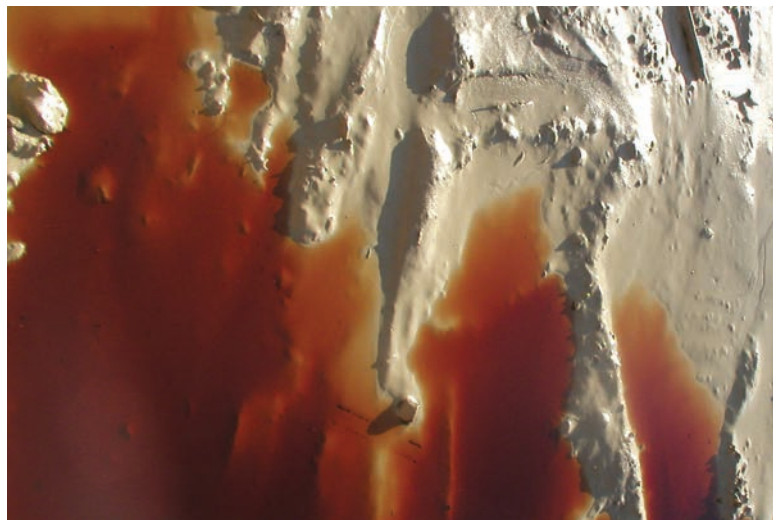
Muita gente terá acordado, no dia seguinte, com o sabor desagradável da ressaca. A língua áspera, o palato desfeito. Mas os gostos ruins também servem para valorizar os bons e aquelas bocas, se bem que crestadas pela desilusão, não os esquecerão E amanhecemos mais fortes e conscientes.

NOTÍCIAS À ESCALA

Nem tudo o que brilha é ouro

Protestos contra a mina de ouro da Boa Fé

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT



F.N.

Em cima: A extensa vegetação da Serra do Monfurado que poderá ver-se afectada pelos planos da Colt Resources.
Esquerda: Águas das minas de Aljustrel

Na freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé, Évora, o projeto da mina de ouro da canadiana Colt Resources, tem suscitado a oposição por parte de um grupo informal de moradores e das Associações de Defesa do Ambiente. Contrariando a esperança cega nessa febre do ouro como tábua de salvação ao desemprego, foi lançado o alerta: nem tudo o que brilha é ouro…
José Rodrigues dos Santos, do referido grupo informal, conclui no estudo "Mina da Boa Fé - riscos industriais e seus efeitos ambientais, humanos e económicos", em resposta ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA), que as populações correm "riscos enormes, sem contrapartida em ganhos equivalentes (nem de muito longe)". Mas a emissão favorável condicionada do projecto no dia 1 de Julho, pela Agência Portuguesa do Ambiente, deu a luz verde para o arranque da mina em 2014.

> Num cenário idêntico a outros pontos do país e da península ibérica, nomeadamente na Galiza, estão em causa os enormes danos ambientais que a industrialização mineira suscita em nome do desenvolvimento e do progresso

No entanto não existem quaisquer garantias por via desse EIA. Conforme foi apontado "os dados podem estar enviesados no sentido de minimizar probabilidade ou gravidade dos riscos, a fim de não comprometer a viabilidade económica e política do projecto". O que se prova pelo parecer de aprovação que vem a requerer ainda "para análise em aprovação", tudo aquilo que devia ter sido considerado antes: planos de gestão ambiental e monitorização, gestão dos recursos hídricos e mesmo os estudos hidrogeológicos, etc. Lacunas agora simplesmente transformadas em "medidas de minimização".
Num cenário idêntico a outros pontos do país e da península ibérica – nomeadamente na Galiza – estão em causa os enormes danos ambientais que a industrialização mineira suscita em nome do desenvolvimento e do progresso. Desde Julho de 2011 que o governo português atribuiu quase uma centena de contratos de prospecção mineira. Só a Colt soma 2.469 km² em 9 concessões. Mas está sobretudo em causa a ilusão do discurso fácil, e do preço a pagar, na promessa de empregos precários – regra geral sempre abaixo do calculado (135 na Boa Fé) – face à viabilidade futura destas terras uma vez comprometidas pela exploração mineira.

DANOS AMBIENTAIS: UMA HERANÇA GARANTIDA

A mina da Boa Fé desenvolve-se em Rede Natura 2000, por entre o montado único da Serra do Monfurado, Sítio de Importância Comunitária (SIC). As alterações de PDM e novas diretrizes de ordenamento territorial contrárias à conservação da natureza, legalizaram submissamente as vontades da Colt: 11,3% da área SIC viraram "Áreas de Exploração dos Recursos Geológicos" e condenou-se ao abate 6952 árvores adultas, atentando à biodiversidade, como à actividade corticeira. Numa área total de 99,56 hectares, esta mina perspetivada apenas para 5 anos de laboração, implica duas cortas de exploração a céu aberto (Casas Novas e Chaminé) de que resultará uma escombreira com 37 hectares para acondicionar 10 851 000 toneladas de estéreis e uma barragem de rejeitados com 32 hectares, solução apontada para conter 10 000 toneladas de resíduos perigosos. Metais pesados, como arsénio, chumbo, cobre, mercúrio inorgânico, níquel, prata e zinco. E a estas cortas a Colt quer estender-se a outros cinco depósitos (Banhos, Braços, Ligeiro e Monfurado).
Esta actividade mineira comporta riscos directos e indirectos para a saúde pública e o ambiente. Prevê-se sobre quem aí vive o ruído da detonação de 340 toneladas de explosivos/ano e a emissão constante de poeiras. E entre os danos ambientais calculados, um há que se destaca: a barragem de rejeitados. Como refere a análise crítica do grupo de moradores, incide "o impacte negativo das cortas desde logo na flora, fauna e no sobral secular cuja reconstituição exigiria entre pelo menos 60 e 100 anos e sobretudo resultantes da libertação no ambiente de substâncias tóxicas resultantes da actividade mineira ("reagentes", arsénico, metais pesados…) o que afecta ainda a qualidade das águas (cuja contaminação interferirá nas linhas de águas subterrâneas)." A barragem de rejeitados acumulará toda essa toxidade. O próprio EIA pago pela Colt, não consegue esconder por entre o palavreado técnico que "uma vez encerrada a mina, o perigo de ruptura da barragem permanece e o risco que envolve perdurará por muitos anos." O EIA considera "baixa" essa probabilidade, mas não o demonstra. Já o grupo da Boa Fé, faz questão de recordar os incidentes de 2010 da ruptura do dique da mina de alumínio de Ajka (Hungria), que libertou cerca de um milhão de metros cúbicos de lamas tóxicas, ou a ruptura de Doñana (Andaluzia) em 1998.
Um incidente na Boa Fé poderia ter custos "médios" entre 45 e 90 milhões de euros. Quem os pagaria? Após o fim da laboração a responsabilidade cabe à "entidade que será proprietária da barragem", o que preconiza para as entidades públicas "o ónus da manutenção destes depósitos contaminados e a intervenção em caso de acidente com elevados riscos para os ecossistemas e saúde pública", como referiram em comunicado as Associações Ambientais FAPAS, LPN e Quercus, num alerta para essa "verdadeira bomba-relógio" de "consequências imprevisíveis". E quando contraposta pelas autoridades à Colt a solução da deposição dos rejeitados em pasta, foi respondido que ou havia a barragem ou não havia mina. A Colt acabou apenas por ficar obrigada à entrega "durante a fase de exploração" de "um estudo" sobre essa proposta…

2.469 km²

Área cedida pelo Estado Português à empresa canadiana Colt Resources para prospecção mineira num total de 9 concessões.

GARANTIAS ECONÓMICAS… OU A FALTA DELAS

A mina da Boa Fé é um projecto de riscos económicos e poucas ou nenhumas garantias. A cotação do ouro é um factor instável dependente das flutuações (que têm vindo a baixar) na especulação dos mercados, essas entidades sem rosto a que os estados servem religiosamente em nome da "crise". Ou seja, a qualquer momento a mina pode ser abandonada. Lá se vão os poucos anos de empregos em troca de um passivo ambiental. Por essas razões a Colt Resources colocou-se a salvo logo à partida. Não só abanou a água dos rejeitados do seu capote quanto aos riscos de incidentes futuros à laboração, como assume a "ausência de medidas satisfatórias de garantia dos danos ("normais" e decorrentes de acidentes)". Como indicado na análise de riscos que temos vindo a seguir, a Colt "declara não contratar seguros para os riscos ambientais e de saúde pública, por estes comportarem custos excessivos." Alega antes cumprir com as garantias financeiras. Mas sobre estas a aprovação de Julho passado refere desconhecer o valor… por serem "de montante a ser definido pela entidade licenciadora".
Se por um lado a Colt afirma ter já investido 7 milhões de euros, e prevê investir mais 40 milhões, por outro lado neste arranque da mina pode-lhe ser apontada a ausência total de garantias financeiras. Isto porque surge neste projecto com o capital social de 5000€(!), dado ser representada por uma filial, a Aurmont Resources, Unipessoal Lda. Não pode por isso ser responsabilizada a casa mãe da Colt, para o cumprimento dos compromissos ambientais ou quaisquer outros. Bastaria a falência dessa filial para nos levar ao já batido esquema da impossibilidade de reclamar responsabilidades. E nesse cenário as garantias a ditar no licenciamento, que não chegarão a meio milhão de euros, não são perdas, mas ganhos. Um valor menor face às obrigações ambientais ligadas ao encerramento da mina, aqui estimadas entre 1 a 2 milhões de euros, e completamente irrisório se ocorrer um desastre ambiental.

PROTESTOS?

No blog do grupo de moradores da Boa Fé (projectomineirodaboafe.wordpress.com) é dada uma perspectiva ampla dos danos da mineria aurífera, mas também das lutas e resistências. Por isso não deixam de interrogar-se: "se, na Galiza, o povo se uniu em massa para contestar nas ruas um mega-projecto que, como a mina da Boa Fé, colocaria o território e as suas gentes à mercê do insaciável apetite do capital anónimo, será que em Portugal não poderemos fazer o mesmo? Está a chegar a hora dos brandos costumes ficarem em casa…"

Entre a espada e a parede
A nova lei do graffiti

Entrou em vigor, no passado dia 1 de Setembro, a lei nº61/2013, que prevê a punição e aplicação de coimas, devido à prática de variadas formas de comunicação livre na rua. Com origem numa "febre" securitária, que encontra nestas formas um bode expiatório perfeito, a lei deixa também antever a visão que os poderes e as instituições têm sobre a comunicação em espaço público.

ANA RUTE VILA
ANARUTEVILA@JORNALMAPA.PT

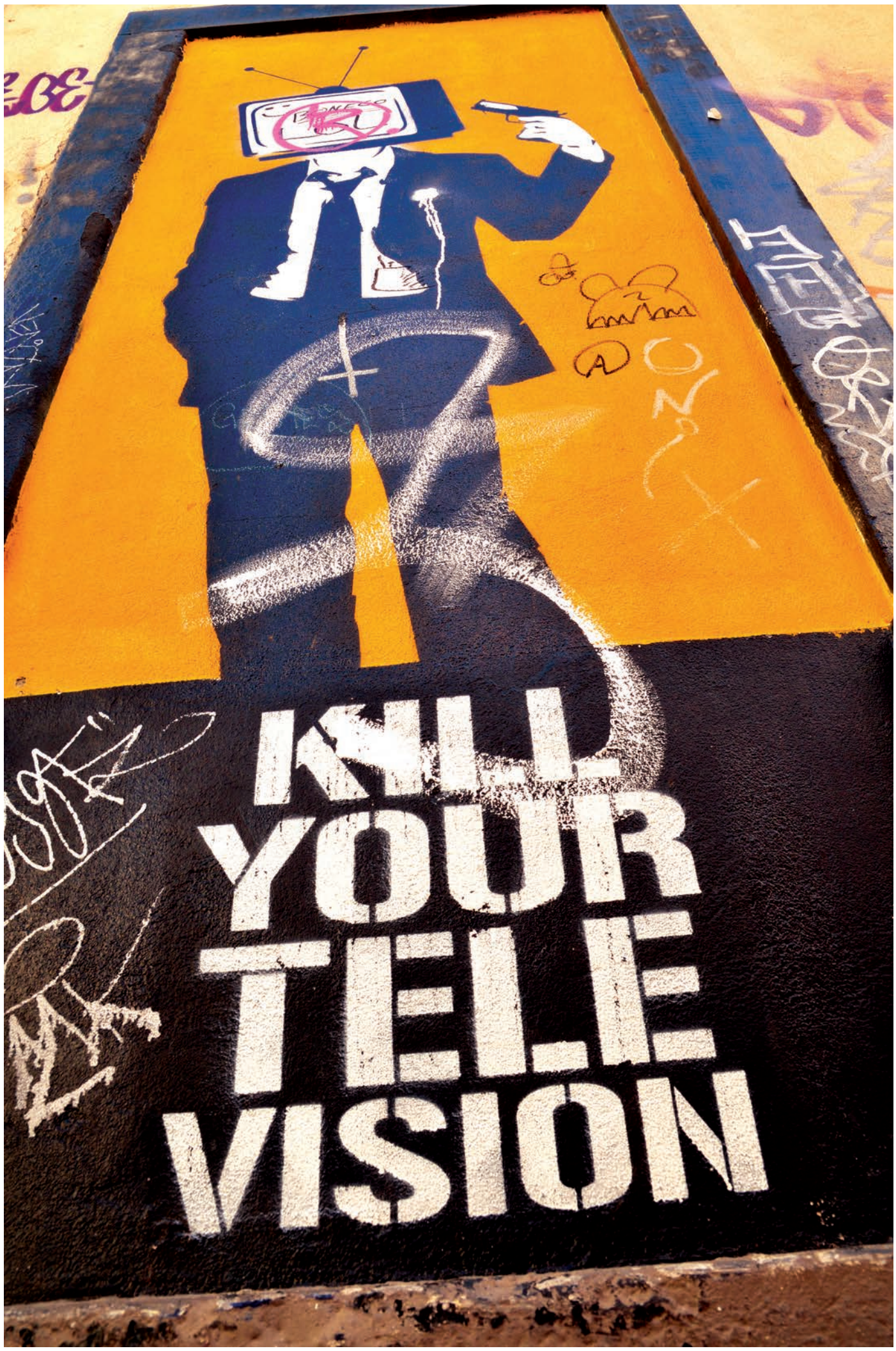
A lei, aprovada no parlamento com os votos a favor do PSD e do CDS/PP, descreve variadas formas de comunicação na rua como *"formas de alteração, ainda que temporária, das caraterísticas originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas.* Assim, vê-se contemplado e supostamente delimitado todo um leque de actividades tais como a afixação de cartazes, a colagem de autocolantes, placards, os desenhos, pinturas, graffitis e murais. Segundo a lei, estas actividades têm em comum o facto de poderem ser *"visualizadas por terceiros"* e *defrontarem a via pública.* No que respeita às sanções aplicadas a quem for apanhado a cometer algum delito desta natureza, a lei prevê que possam ascender a 25.000€ no caso de contra-ordenações muito graves e delega nas Câmaras Municipais a instrução de processos de contra-ordenação e consequente aplicação de coimas. Importante é também o facto de o texto explicitar que parte do produto das coimas deve ser entregue à entidade autuante. É prevista ainda a disponibilização, por parte das Câmaras Municipais, de locais próprios para a prática de graffiti e atribui-se-lhes também a competência do seu licenciamento, havendo a necessidade de entregar, antecipadamente, o projecto da obra a realizar, que fica assim sujeita a aprovação camarária.

[O texto integral da lei pode ser descarregado em jornalmapa.pt]

ANÁLISE:

Transversal ao texto da lei, está a classificação, como contra-ordenações passíveis de punição, de várias práticas de comunicação livre na rua. As motivações políticas que deram origem à actual lei encontram-se expressas nas declarações do Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, quando, em Agosto de 2012, na apresentação do projecto de lei que deu origem à actual legislação, disse *«aquilo que hoje se passa ao nível de pichagem de paredes, de vandalização de mobiliário urbano e de outro tipo de atitudes antissociais não pode deixar de merecer, também na lei, uma adequada resposta".*

Mas o que se passa é a existência de uma forma de expressão em constante mutação, variada e diversa, que dificilmente será enquadrada num feio ou num



Por vezes as paredes dizem o que as televisões escondem

NOTÍCIAS À ESCALA

bonito ou em categorias de natureza securitária como *vandalismo*. A apreciação sobre isto, mais que necessitar de consensos tão falsos como alargados, necessita de ser livre. O que o Estado e as Câmaras Municipais tencionam é regulamentar, regrar e punir uma prática de comunicação que, devido à sua natureza espontânea, não só não consegue ser impedida, como é muito difícil de ser controlada. Para isso acenam com a fúria repressora. Para os legisladores, o descontrolo é uma coisa perigosa, pois quando se comunica de forma livre não existem mediadores nem censores. Esta lei vem também responder a uma necessidade de homogeneizar a forma e o conteúdo da comunicação em espaço público bem como deixar bem claro que este apenas pode conter mensagens que sejam lucrativas, tal como a publicidade ou a propaganda dos partidos políticos. A classificação de *antissocial* é apenas mais um dado nessa conclusão, pois onde as instituições vêem um grave problema a resolver, outros vêem uma forma de expressão.

Um dado importante é o facto de 10% das coimas aplicadas a infractores reverterem directamente para a autarquia ou para a entidade autuante, o que dá início a uma caça à multa

O regime imposto é facilmente classificável como censura, já que, para a realização legal de um mural ou graffiti, é competência da Câmara Municipal *licenciar a inscrição de grafitos, a picotagem ou a afixação, em locais previamente identificados pelo requerente, mediante a apresentação de um projeto e da autorização expressa e documentada do proprietário da superfície*. O mesmo texto define que isso não *implica, em qualquer caso, uma apreciação do conteúdo temático ou da expressão criativa da alteração em causa*, mas a verdade é que o facto de haver a necessidade de licenciamento e aprovação de uma criação levanta, logo à partida, sérias suspeitas sobre a vontade de reprovação. No ar fica sempre a possibilidade de existirem projectos que simplesmente não são autorizados. A ideia de expressão livre não se dá bem com a ideia de licenciamento.

Um dado importante é o facto de 10% das coimas aplicadas a infractores reverterem directamente para a autarquia ou para a entidade autuante, o que dá inicio a uma caça à multa. Da mesma forma é prevista a cobrança de taxas para licenciar a realização de graffitis, possibilidade esta que a Câmara Municipal do Porto quer já explorar. De acordo com notícias na imprensa a autarquia quer fixar em 40 cada licenciamento.

Pormenor de graffiti na Cidade Universitaria, Lisboa

ANA RUTE VILA

PORQUÊ AGORA?

Falar através da rua com murais, graffitis, cartazes e tantas outras formas, sempre foi uma prática levada a cabo em momentos de convulsão social. Assim, não é de estranhar que seja justamente no momento em que a violência da economia capitalista e a repressão do Estado mais se fazem sentir que uma lei, caracterizada por punir directamente a comunicação em espaço público, seja aprovada.

Sobre o que dizem as paredes, no ano de 2013, existem antecedentes na história. Para Helena de Sousa Freitas, estudante de doutoramento em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL, no âmbito do qual desenvolve uma tese sobre o muralismo como forma de comunicação alternativa na cidade de Setúbal (1974-2010), "*a tendência para o uso das paredes e muros como suporte de mensagens está enraizada no tempo e no espaço, existindo desde a Pré-História (o que são as gravuras rupestres senão um exemplo, ainda que rudimentar, desse desejo humano de comunicar?) e sendo comum a vários países e culturas, quase sempre acompanhando momentos de intensa transformação política e social.* Em relação ao presente texto legislativo declara: *"Preocupa-me a proposta do legislador à luz do actual contexto social e político, isto é, o facto de este projecto coincidir, no tempo, com outros actos de restrição da liberdade cuja licitude questiono, como a identificação (por vezes a posteriori e com base em imagens dúbias) e detenção de quem participa em protestos de rua, o (ab)uso da tecnologia na vigilância (as câmaras de vídeo que registam os nossos gestos em inúmeras circunstâncias ou os telefones sob escuta) ou o uso da força para pôr fim a iniciativas que, ainda que fora da estrita legalidade, funcionam em prol das comunidades em que se inserem (veja-se o caso do Es.col.a, no bairro do Alto da Fontinha, no Porto).*

"Preocupa-me a proposta do legislador à luz do actual contexto social e político, isto é, o facto do projecto coincidir, no tempo, com outros actos de restrição da liberdade(...)" afirma a investigadora Helena de Sousa Freitas

Impossível de ignorar é o facto de muitas cidades em Portugal atravessarem, neste momento, processos de requalificação urbana que não convivem bem com a presença de graffitis, cartazes ou

NOTÍCIAS À ESCALA

uso do espaço que não seja regulado[1]. No âmbito destes processos estas práticas são usadas como bode expiatório, sendo muitas vezes defendido que a sua eliminação resolveria muitos problemas nas cidades. Quando questionada sobre esta relação, a investigadora afirma que isso "é *uma forte possibilidade, dado que os discursos sobre a reabilitação do espaço urbano referem, quase sempre, a necessidade de remover as inscrições nas paredes e muros. Tomando como exemplo a cidade de Setúbal, que é o meu locus de estudo no doutoramento, noto que as várias edições da iniciativa Setúbal Mais Bonita*[2] *têm apostado na limpeza das paredes, muitas vezes substituindo frases e símbolos de cariz político por pinturas inócuas, de embelezamento. No entanto, note-se que a mesma iniciativa que prevê a remoção de uns murais investe na execução de outros. Parece contraditório, paradoxal, mas é aquilo a que podemos chamar de institucionalização do mural, isto é, a autarquia autoriza mediante a avaliação de um projecto previamente apresentado a pintura de murais sobre determinados temas por determinadas entidades em determinados espaços. Com isto, o mural fica controlado, quer na sua mensagem quer na sua área/ local de inscrição*".

No momento que atravessamos é fácil chamar terrorista ao artista que pinta na rua, mas é difícil classificar como ditadura a avalanche de propaganda política e a publicidade agressiva que infecta as ruas das cidades

Sobre o papel dos murais e da comunicação de parede na história recente de Portugal, Helena traz-nos algumas luzes sobre os pintores de ontem que, ao se transformarem nos legisladores de hoje, acham por bem multar, perseguir e punir os *writers* de amanhã: *Reprimida por uma longa ditadura, no pós-25 de Abril, a população, maioritariamente pobre, tomou as paredes, suporte de uso livre e gratuito onde podia inscrever os gritos tanto tempo calados. Assim o fizeram também as forças políticas e, apesar de a prática ter ficado associada sobretudo à esquerda, nesse período todo o espectro partidário pintava murais, incluindo o PPD/ PSD, o CDS (no Centro de Documentação 25 de Abril há fotos de um mural de apelo ao voto com um perfil de Francisco Lucas Pires, pintado na Cruz Quebrada/ Caxias) ou a juventude do Partido Popular Monárquico. Muitas sedes de partidos tinham as paredes preenchidas por frases, a afixação de cartazes era recorrente e usada até à saturação e a colocação de faixas, nalguns casos de enormes dimensões, era comum. Num país em que os meios de comunicação convencionais estavam amordaçados, muitas leituras de livros se faziam às escondidas e o povo apenas em surdina podia falar de uma guerra colonial que oficialmente já não existia, era de esperar que a ânsia de comunicar fosse imensa e intensa, o que explicará a explosão a que se assiste após a Revolução. Claro que importava agora deitar mão a toda a informação disponível e partilhá-la tanto quanto possível. Tornadas suporte comunicacional directo (através de inscrições) ou indirecto (através da colagem ou afixação de outros suportes), as paredes recolheram desabafos e denúncias, campanhas e críticas, palavras de particulares e slogans de colectivos. Houve de tudo*".

No momento que atravessamos é fácil chamar terrorista ao artista que pinta na rua, mas é difícil de classificar como ditadura a avalanche de propaganda política e a publicidade agressiva que infecta as ruas das cidades. Contradições deste sistema político e social que podem ser encontradas, novamente, em declarações de Miguel Macedo quando afirma que esta actividade "*contribui para alimentar um sentimento subjectivo de insegurança em largas franjas da população*". Poderia, perfeitamente, estar-se a referir à autoridade e prepotência do Estado ou às medidas de austeridade. Não sabemos, as paredes dirão.

1 Sobre a requalificação das cidades ver o caderno "Para quem são as cidades em que vivemos]" publicado no Jornal MAPA nº2, Junho de 2013

2 *Setúbal mais bonita* é uma iniciativa anual da Câmara Municipal de Setúbal que consiste na distribuição de tintas para a pintura de paredes e fachadas de edifícios onde, segundo o discurso oficial, *"milhares de cidadãos quiseram contribuir ativamente para que Setúbal fique um concelho ainda mais agradável para se viver."* No âmbito desta iniciativa foram pintadas dezenas de murais por todo o Concelho de Setúbal.

Os pintores de ontem ao transformarem-se nos legisladores de hoje, acham por bem multar, perseguir e punir os *writers* de amanhã

NOTÍCIAS À ESCALA

Prédios da Almirante Reis, em Lisboa, recebem grades de (in)segurança

Na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, o recente fenómeno, de fechar as entradas dos prédios através de gradeamentos tem aumentado nos últimos tempos. A instalação de grades tem sido levada a cabo por empresas que têm escritórios nos edifícios e, em certos casos, chegam a ocupar a totalidade das fachadas viradas para a avenida. Uma lógica securitária está tambem na origem deste fenómeno que não é consensual na zona.

NUNO RALIV

Prédios da Almirante Reis em Lisboa recebem grades de (in)segurança. Alguns dos prédios que ladeiam a Avenida Almirante Reis em Lisboa, entre o final da Rua da Palma até à Praça do Chile, têm sido alvo de clausura forçada por parte de algumas das empresas que possuem escritórios nessa área. Nos prédios em que desenvolvem as suas actividades têm sido colocados gradeamentos que chegam a ocupar a totalidade da área disponivel das fachadas frontais para a Avenida, numa mudança que em termos de impacto visual é imediatamente notório. Essas alterações têm sido feitas com a concordância dos senhorios e nem sempre com a concordância de todos os moradores, já que muitos dos prédios, apesar de terem escritórios, têm igualmente casas de habitação e espaços comerciais (maioritariamente nos pisos térreos defronte do gradeamento). Alguns moradores, como a Ana (nome fictício), 65 anos, mora ali desde os anos 60, não gosta das fachadas fechadas a grades, "uma pessoa sai e vê logo o sol aos quadradinhos (ri)", mas o "proprietário é que manda e uma pessoa vai fazer o quê?". António (nome fictício) trabalha no ramo do calçado na zona dos Anjos em Lisboa desde os anos 50. Começou numa pequena sapataria em que trabalhou até aos anos 70 e posteriormente mudou-se para uma das poucas de cariz tradicional que ainda restam nessa mesma área. António também tem assistido a muitas mudanças ocorridas nas zonas limítrofes à avenida. Desde os tempos do cinema Lis, que trazia "muita gente das novelas" (posteriormente ao fecho do cinema o prédio pertenceu à RTP e era palco de filmagens), ao desparecimento de muitas das "casas antigas" (referindo-se às actividades tradicionais de trabalho), ao aparecimento das "casas de chineses" e ao aumento de toxicodependentes, até à mudança do presidente da câmara António Costa para a zona, muito tem mudado na sua representação do espaço urbano. Questionado sobre a segurança/insegurança da zona nos dias de hoje, António afirma que "a zona tem estado sossegada" e "não se sente inseguro" por aqui trabalhar, à noite "não sabe como é", porque não mora em Lisboa, mas, apesar de chegar ao trabalho muito cedo, raramente tem noticia de que algo se tenha passado "por aí além", daí não considerar a zona insegura: nas suas palavras, "é o que sempre foi", e apenas o "fecho do casal ventoso trouxe os toxicodependentes". Representações da mudança que são sobretudo morais. Quanto às grades afirma que "são porque os prédios têm lá empresas... seguradoras" e eles é que "andam a colocar as grades", mas não sabe bem porquê, se calhar "porque andam a construir muito hotéis e andam sempre sem-abrigo a dormir debaixo dos prédios". A outra face da opinião foi dada por Luís (nome fictício), morador no Intendente desde os anos 60, questionado sobre os gradeamentos afirma que "deviam ser todos fechados", já que "esta zona é só ladroagem e gandulos" e uma "tristeza para os turistas que têm que mamar com isto tudo". À pergunta se alguma vez foi assaltado ou teve problemas com os "gandulos e ladrões" afirma, "ah...não, porque eu já os conheço e eles conhecem-me e sabem que eu moro aqui". Interessante esta relação entre proximidade e reconhecimento, elementos importantes numa

> O importante é delimitar territorialmente as pretensões de alteração pelas pessoas do espaço em que vivem e moldá-lo aos planos políticos e económicos de urbanização forçada

NOTÍCIAS À ESCALA

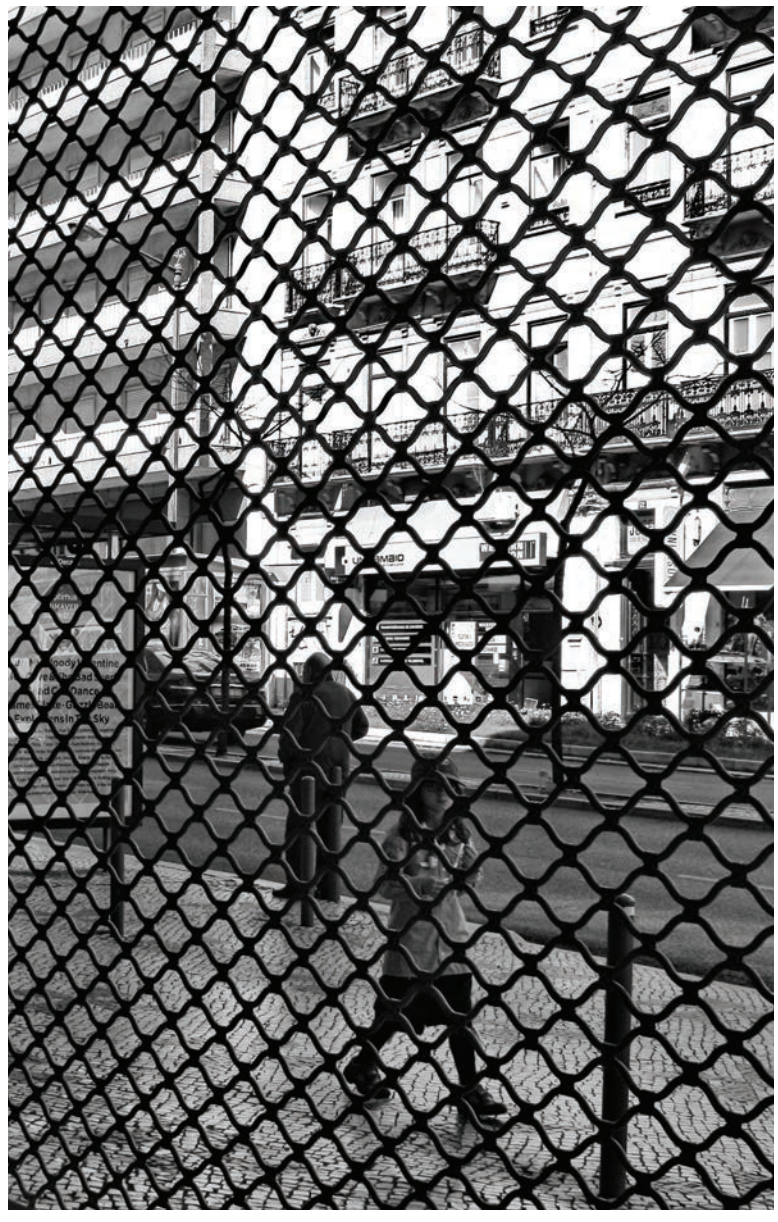
relação recíproca de comunidade.

Estas mudanças no estilo arquitectónico impõem limitações no espaço e na forma como nos apropriamos do mesmo. Um espaço fechado que nem permite que nos abriguemos do sol ou da chuva, independentemente de termos uma casa para morar, oferece uma relação totalmente diferente com um espaço já de si organizado para uma determinada dinâmica social e económica. Este fecho a grades das fachadas dos prédios, independentemente da validação legal das mesmas, impõe uma lógica securitária que nem sempre cumpre os seus objectivos, mas que cria uma legitimação social para as representações do medo que em tempos de agravamento das condições de vida das pessoas é importante na sua forma de organizar o espaço em que vivem. As alterações[1] propostas ao PUNHM (Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria), recentemente aprovadas, são um bom exemplo de algumas lógicas de alteração urbanística que introduzem mudanças significativas na relação das pessoas com a malha arquitectónica e com o espaço naquela zona. Interessante de referir que a audiência pública no dia 17 de Maio de 2012 para a discussão do plano teve a presença de 7 pessoas. Se esse facto se irá traduzir na discordância, no desinteresse politico e social pelo tema, que possa posteriormente traduzir-se noutro tipo de acções locais, é o que iremos ver. O próprio objectivo das alterações é seco e contudente, "disciplinar a ocupação, uso e transformação do solo" (p.1). De referir que estas alterações contemplam igualmente zonas junto à Avenida Almirante Reis, que é aqui o nosso foco, mas em que o conceito de historicidade é remetido para o conjunto arquitectónico de finais do séc. XVIII e não propriamente para o conjunto de prédios mais recentes, justamente aqueles em que os gradeamentos têm tomado lugar. De qualquer forma, em termos gerais, o que se propõe é tornar a Mouraria num museu urbano, procurando delimitar no espaço as caracteristicas politico-administrativas-arquitectónicas do que a política define como histórico. Se a historicidade humana se deve à capacidade de cada um em ser agente da sua própria história, isso de pouco importa. O importante é delimitar territorialmente as pretensões de alteração pelas pessoas do espaço em que vivem e moldá-lo aos planos politicos e económicos de urbanização forçada. Até o aparecimento de novos estabelecimentos, a título de exemplo, cafés ou restaurantes, é limitada (claro que acredito que a um determinado padrão económico), e se pensarmos que recentemente reabriu a casa da Severa (fadista) como espaço museológico e de restauração de pendor turistico, temos uma imagem mais abrangente dessa alteração legal. Prédios a serem renovados têm que obedecer a certos padrões que se adaptem não às classes sociais que agora lá residem, mas sim às classes que procuram avidamente estas "zonas históricas", permitindo a sua acomodação. Veremos se com grades nas fachadas. Mas ainda teremos que juntar a esta questão das representações da segurança as constantes rusgas policiais por parte da PSP e do SEF naquela zona, fazendo parar o trânsito, revistando lojas de imigrantes, interrogando-os na rua em operações que roçam o espectáculo com o propósito de criar o medo e, justamente, a insegurança de quem bastas vezes anda simplesmente a fazer pela vida. Levar comida que alguns imigrantes vendem na rua com um ameaçador "se te apanho aqui outra vez vais para a choldra", é não saber sequer o que se entende por relativismo cultural. Se o objectivo é demonstrar força e músculo, o que também sucede é uma sensação de abuso de poder que se traduz num sentimento de insegurança para muita gente. A reabilitação de um prédio no início da Rua da Palma para instalar uma divisão criminal da PSP também compõe o ramalhete das formas como as estruturas de poder se organizam para a mudança forçada do espaço em torno das ideias mais básicas de segurança e das lógicas económicas subjacentes. Se liberdade e segurança podem ser consideradas como importantes para o desenvolvimento e reprodução das relações humanas, importa questionar quais são os limites à nossa liberdade que um aumento ou diminuição da segurança implicam e qual a relação efectiva entre estes dois conceitos na acção política e económica do Estado e dos agentes económicos. Se a instalação de grades por parte de umas quantas empresas leva a enclausurar prédios inteiros em que, quando se abre a porta da rua, o que se vê são um conjunto de barras que, em alguns prédios, ainda têm que ser abertas pelos moradores para se dirigirem para o seu quotidiano e enfrentarem a realidade, a acção política orientada para a padronização espacial torna-se ideologicamente enformada para a vigilância.

> Mas ainda temos que juntar a esta questão das representações de segurança, as constantes rusgas policiais por parte da PSP e do SEF naquela zona, fazendo parar o trânsito, revistanto lojas de imigrantes, interrogando-os na rua em operações que roçam o espectáculo com o propósito de criar o medo

1 DR, 2ª Série, nº 168 de 30 Agosto 2012 que propõe alterações ao DR, 2ª Série, nº 239 de 15 Outubro de 1997 que regulamenta o PUNHM.

Este fecho a grades das fachadas dos prédios, independentemente da validação legal das mesmas, impõe uma lógica securitária que nem sempre cumpre os seus objectivos, mas que cria uma legitimação social para as representações do medo



PODER LOCAL · AUTÁRQUICAS 2013

Proximidade e poder local

Ao desaparecerem 1165 freguesias, é evidente a intenção de cortar pela raíz a representação mais próxima das populações. Esta surge como bandeira do poder local, mas os mecanismos desse poder contribuíram igualmente para este desfecho. Perante uma estratégia política onde não tem lugar a resolução direta dos problemas das pessoas pelas pessoas, a defesa e os benefícios dessa proximidade estão para lá das freguesias, reclamando a necessidade de outras formas de gestão comum.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

SAMUEL BUTON

As autárquicas de 2013 anunciam uma nova etapa no território político português à conta de novas regras do jogo eleitoral e administrativo. O facto tem vindo a ser repetidamente apontado por via da dança das cadeiras que girou em torno das limitações de mandatos, mas é a extinção de 1165 freguesias o dado mais marcante nestas eleições.

A disputa entre um poder central e os poderes locais veio atacar esse modelo de gestão local, provando que a política actual é de afastar ainda mais as pessoas dos espaços e órgãos de decisão e recusando o sentido de proximidade, tão caro às freguesias, cujo percurso em 36 anos de poder local veio, porém, igualmente provar o seu distanciamento de qualquer meta de autonomia dos lugares e das suas gentes.

Somente cerca de um terço dessas freguesias extintas se opuseram, demonstrando uma ausência de reflexão sobre as condições que levaram ao esvaziamento evidente dessa proximidade que o autarca reclama. O que leva necessariamente a inquirir sobre a forma como os próprios mecanismos do poder local, consagrado em 1976, contribuíram para este actual desfecho. Ou como é dúbia a dicotomia invocada entre os poderes centrais e locais.

O facto da discussão se ter concentrado nos mandatos de fulano e de sicrano, limitando-a à esfera da defesa da política profissional, contribuiu ainda mais para recusar o debate sobre o papel que essa política representativa desempenha hoje na organização diária das nossas vidas e lugares. Na questão dos mandatos, a qualidade do que é "rotativo" é, como sempre, deturpada pelo "rotativismo" enquanto predomínio dos partidos políticos que se alternam no poder democrático. E, é claro, pelos apegos pessoais ao poder.

É neste cenário que surge um novo mapa administrativo que acaba com 1165 freguesias em 230 concelhos, cortando pela raiz o modo de representação mais próximo das populações que é dado a conhecer. Sobretudo na grande Lisboa, Porto e Minho, onde se concentram concelhos que perdem entre 35,1% a 60% das freguesias, generalizando-se uma perda de 15% a 35% no restante pais. Em omissa nota de rodapé, surge ainda o extirpar do que até aqui era mesmo considerado constitucionalmente como uma forma de "democracia directa", uma possibilidade residual e esquecida que era o chamado "plenário de cidadãos eleitores", órgão deliberativo que se admitia nas freguesias de população diminuta (com 150 eleitores ou menos). Não justificando a instalação e funcionamento da assembleia de freguesia, a mesa eleita em plenário deliberava apenas por maioria e com a presença de pelo menos 10% das pessoas dessa freguesia.

O sentido desta reforma, falsamente argumentada em torno de critérios financeiros, aos quais a Associação Nacional de Freguesias calculou uma poupança de apenas 6,5 milhões de euros, obedece claramente ao propósito de esvaziamento dessa proximidade, fazendo tábua rasa a qualquer sentido de identidade há muito estabelecido. Apesar das diferenças nos meios urbanos e rurais, está em causa uma estratégia onde não têm lugar hipóteses de relacionamento e resolução directa dos problemas concretos das pessoas.

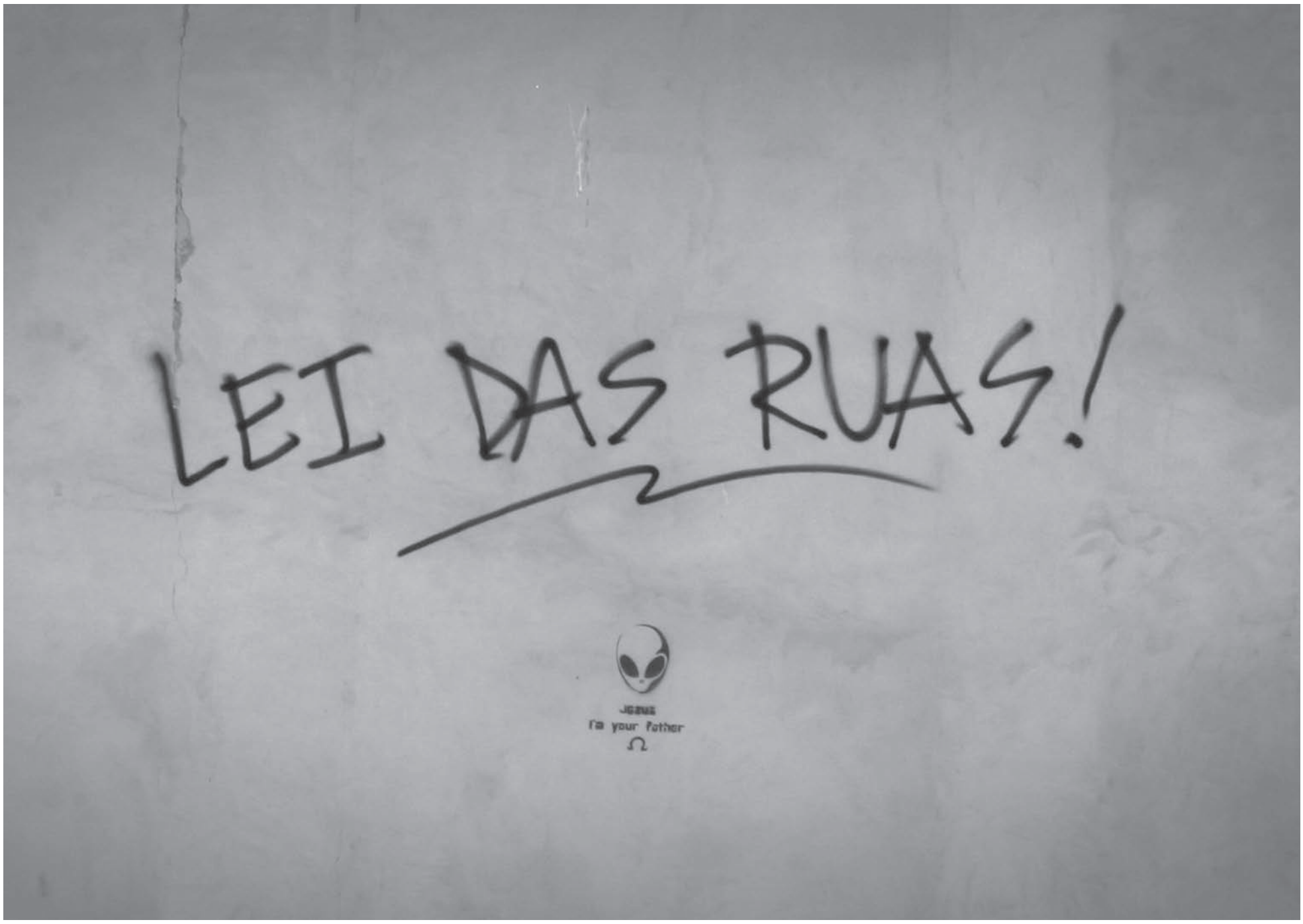
Por imediata contra-argumentação, surge a defesa do poder local. Mas, na exacta medida em que se deu o reforço da máquina institucional autárquica, caminhou-se passo a passo para um afastamento dos habitantes do governo dos seus lugares, reduzindo as Juntas ou as Câmaras, mais tarde ou mais cedo, a meros empregadores locais, cujos tempos actuais os tornaram em líderes da precariedade; a diligentes servidores dos interesses partidários locais, cujas teias de interesses económicos tampouco são discretos; a zelosos defensores de interesses variados, colidam estes ou não com interesses mais amplos e de longo alcance no seu próprio território e ambiente; ou a reféns do empreendorismo salvador vindo de fora. Feitas as contas, sobram rotundas para todos os gostos.

As autárquicas de 2013 arriscam-se, deste modo, a representar uma mostra mais desse percurso. Se o fim das freguesias deveria ter movido vales e montanhas, acabou apenas por revelar no espírito dos lugares – enquanto sentido local de identidade, ligação e de partilha – uma incapacidade de resposta e de defesa comum por via desse mecanismo de representação. Em cada um destes lugares, falamos com o mesmo sotaque, saboreamos os mesmos pratos, percorremos as mesmas paisagens e, na afinidade de primos uns dos outros, sabemos quem é da terra e acolhemos ou rejeitamos quem vem de fora. Mas esse espirito dos lugares não é algo simplesmente delegado ou de correspondência directa a qualquer quadro administrativo, como os que percorreram este país que já contou com 900 concelhos e hoje soma 308. A mera configuração municipal será sempre irrelevante para medir a vitalidade desse sentido comum.

> **O facto da discussão se ter concentrado nos mandatos de fulano e de sicrano, limitando-a à esfera da defesa da política profissional contribuiu ainda mais para recusar o debate sobre o papel que essa política representativa desempenha hoje na organização diária das nossas vidas e lugares**

Para lá da falsa dicotomia entre os poderes centrais e locais, são as formas de representatividade que acabam em questão. Cabe pois perguntar em que medida uma freguesia tira hoje partido da reiterada proximidade e das afinidades que a envolvem: fortalece-a ou diminui-a?

Nesse âmbito as autárquicas, mais do que em qualquer outro momento, são uma ocasião de frisar o espírito dos lugares. Não na defesa administrativa de dada região já estabelecida, pelo seu correspondente poder local, mas abrindo espaço e chamando a si outras formas de gestão diária comum. Beneficiando precisamente das proximidades em causa, e onde a centralidade da Junta ou da Câmara possa ser suprimida por uma lógica de participação directa, num espaço plural de actuação e responsabilização para distintos e variados colectivos em rede. Em que a cartilha e o manual de instruções não é reeditado de quatro em quatro anos, mas todos os dias experimentado e vivido. Um caminho precisamente inverso à agregação administrativa de território(s), e multiplicando o(s) mesmo(s) em novas hipóteses colectivas e individuais onde o sentido de autonomia se encontre de novo na proximidade do lugar e das suas gentes.



Virar a luta ao contrário

Quando partidos políticos se apropriam, de forma directa, de experiências que se desenvolvem fora da sua esfera de controlo é sinal de que a política profissional vai renovando as suas ferramentas. É o que acontece na cidade invicta, onde a campanha "virar o porto ao contrário", do Bloco de Esquerda, tem usado a história colectiva de várias lutas e processos de resistência nos últimos anos como alimento da sua corrida para o poder.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Ao longo dos 12 anos de mandato de Rui Rio, que agora termina, o Porto foi ponto de convergência de um conjunto de lutas insurgentes que, através da experiência do quotidiano, pretenderam colocar em causa a imposição de decisões externas sobre o rumo das vidas de quem habita a cidade. Devido ao diferente cariz de cada uma e aos corpos distintos que ganharam: da defesa de espaços públicos como um teatro, um mercado ou um jardim, da avalanche empresarial e mercantilista da autarquia, a várias convocatórias de rua ou à ocupação do Es.col.a da Fontinha (2011/2012), não é possível encontrar uma homogeneidade que as una. Dos seus sucessos e logros retirou-se a experimentação colectiva de formas de resistência, de desobediência perante o aparelho decisório, representativo e repressivo: os seus louros a ninguém pertencem.

Os resultados surtidos por estes acontecimentos, para lá de exporem claramente o funcionamento do estado democrático perante quem coloca em causa as suas decisões, encontram-se no abrir de novas possibilidades fora desse leque que nos é, à partida, oferecido, saltando para fora do jogo eleitoral na construção do espaço que habitamos. Quebram-se barreiras nas relações entre os indivíduos e a sua comunidade, procurando laços de criação comum onde a mediação de quaisquer estruturas, que não as criadas por quem nelas participa, não tem validade: a busca de decisões encontra-se nesse seu meio, na discussão de vontades e desejos, e jamais dentro de qualquer instituição.

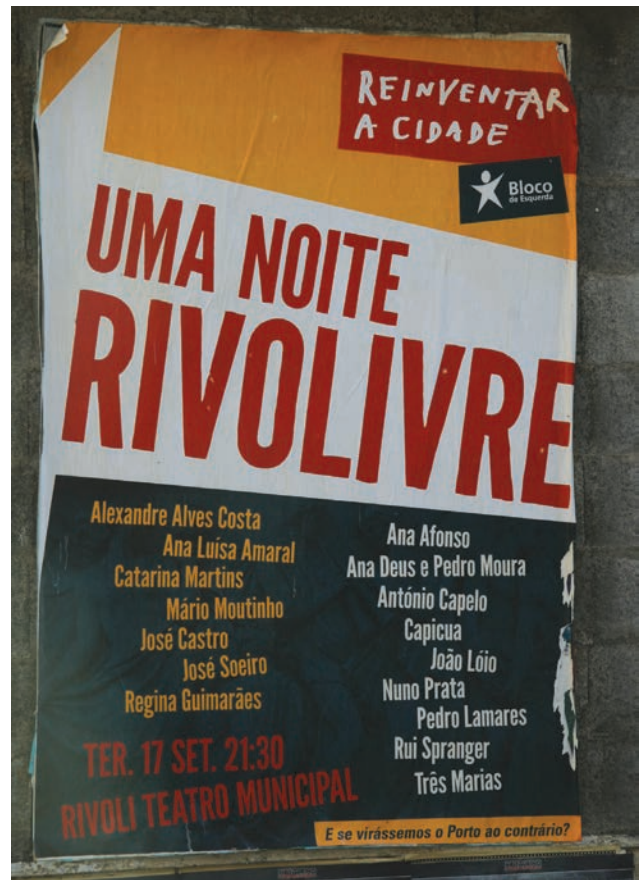
> **Neste contexto, a apropriação de experiências que têm como vontade matriz a autonomia e a liberdade de decisão, por parte duma qualquer campanha eleitoral, torna-as um adorno dum jogo cujas regras estão bem definidas: a angariação de votos para a inclusão num hemiciclo decisor, eleito de 4 em 4 anos**

PORTO 2013

Da esquerda à direita, disputa-se o poder duma autarquia que se caracterizou por uma especial boçalidade e bestialidade nos últimos 12 anos, entre demolições de habitação social com a vista à construção de condomínios luxuosos, despejos forçados, privatizações e venda do espaço público e uma orgulhosa e arrogante distância perante as gentes que vivem a cidade. O lado "social", numa tentativa de demarcação do reinado que agora termina, encontra-se bastante presente em todas as campanhas. Numa operação de maquilhagem, discute-se o poder entre compadrios, numa cidade cada vez mais afastada da sua própria vivência, na vertigem da construção da cidade-hotel, feita a partir de uma qualquer pobreza exótica que crescentemente se transforma em ex-libris turístico a reboque do progresso. Este é o Porto que se herda agora, cuja lógica há-de prosseguir pelas mãos de novos actores que, após as eleições do final de Setembro, entrarão em cena.

E nesta corrida surge *"E se virássemos o Porto ao contrário?"*, denominação dada à campanha do Bloco de Esquerda para as autárquicas do Porto. Pela perspectiva das suas propostas, e pela sua forma, destaca-se dos restantes concorrentes. No caso

PODER LOCAL · AUTÁRQUICAS 2013



O círculo dos partidos

A forma subtil de aproveitamento das movimentações insurgentes na cidade do Porto, a apropriação do discurso, a vontade de integrar aquilo cujo grande potencial transformador é exactamente estar à margem, não é uma prática com muitos anos por aqui. Há relativamente pouco tempo, as coisas eram feitas mais, digamos, à bruta, sem necessidade de esconder que, em qualquer situação, havendo partidos envolvidos, estes é que ditavam os caminhos e os ritmos.

Quando Rui Rio pretendeu transformar em couto privado parte dos jardins do Palácio de Cristal (2009), por exemplo, não faltava quem, do lado dos que se juntaram para combater essa ideia, se incompatibilizasse com formas horizontais de funcionamento e organização. As reuniões serviam apenas para distribuir as tarefas das decisões, previamente tomadas por quem acredita que sabe como as coisas se fazem. As comunicações à imprensa eram invariavelmente feitas pelo auto-definido porta-voz, que mais não era do que o número dois duma das listas candidatas à Câmara Municipal do Porto nas eleições que se aproximavam. O seu conteúdo era conhecido, pelas outras pessoas, nos jornais do dia seguinte. Assim, do vulcão de ideias da primeira reunião, a campanha acabou reduzida a um abaixo-assinado, símbolo perfeito da transformação dum grito contra a usurpação do espaço público pelo poder autárquico, num acto administrativo estéril.

Um pouco à imagem do episódio que sucedeu na luta contra a entrega do mercado do Bolhão (2007) a capitais privados, quando, em vésperas de presidenciais, a tentativa de coordenação de toda a gente que se tinha mobilizado esbarrou na frase "o basismo é inimigo da acção", com que se assassinou qualquer possibilidade de participação igualitária. E uma mobilização suficientemente forte e rebelde para assustar os investidores, deu lugar a mais uma luta de gabinetes de advogados que acabou com o fim do ciclo eleitoral.

Nota-se, nestes dois episódios, um desfasamento completo entre os partidos e as pessoas e grupos com os quais tinham lutas comuns. De um lado, gente desobediente, que se organiza de forma tendencialmente horizontal e com objectivos concretos nas lutas particulares. Do outro, pessoas com tiques de organização hierárquica, zelosas das instituições, fundamentalistas da civilidade e com agendas desfasadas da vida real. Aquando da luta contra o fecho do Rivoli (2006) como espaço municipal, chegou-se a ouvir, numa das concentrações e quando ainda estava gente a ocupar o teatro, algo como "podemos ir embora, que já não há câmaras". Tanta é a distância entre a luta e a vida que se esquecem que há vida e luta para além das televisões.

Quando as agendas ou os interesses se tocam, é natural que partidos e outros grupos estejam presentes nas mesmas lutas. Mas a tendência de controlo e preponderância das estruturas partidárias tinha aberto um hiato que se iria reflectir nos tempos seguintes. E começaram a acontecer coisas, lutas e construções, em cujo início, ao contrário do que seria habitual até então, os partidos não estavam presentes. As lutas da cidade aprenderam a viver sem eles. E cresceram.

A reaproximação dos partidos foi feita para lá do espírito de controlo, aceitando a participação igualitária. Estar presente no que vai acontecendo passou a ser mais importante do que dominar os acontecimentos. E, nesta nova fase de aproximação, a imagem é tudo: aparecer nos momentos mediáticos, ser visto na TV, dar entrevistas para os jornais. Mais do que tentar domar o indomável, aproveitá-lo para se mostrar, tentando, pelo meio, encaminhar os processos para a via institucional, associando directamente um partido a um movimento.

Uma vez cimentada a noção de que a maior parte da vida, incluindo a parte que diz respeito a pensar e lutar por alternativas, existe muito para além dos partidos e de outras instituições integradas naquilo que se quer mudar, torna-se evidente como estes se organizam para tentar, senão manter o monopólio, pelo menos não perder o comboio. Umas vezes, da tal forma subtil e quase inatacável que aqui fomos vendo. Noutras, à bruta, como no recente caso da luta contra a perseguição aos trabalhadores do Minipreço.

"Aquando da luta contra o fecho do Rivoli (2006) como espaço municipal, chegou-se a ouvir, numa das concentrações e quando ainda estava gente a ocupar o teatro, algo como "*podemos ir embora, que já não há câmaras*"

Uma vez cimentada a noção de que a maior parte da vida, incluindo a parte que diz respeito a pensar e lutar por alternativas, existe muito para além dos partidos e de outras instituições integradas naquilo que se quer mudar, torna-se evidente como estes se organizam para tentar, senão manter o monopólio, pelo menos não perder o comboio

do Bloco, o "social" compõe o seu corpo propagandístico, e o que surge como estrutura de campanha são as experiências de protesto que surgiram no Porto nos últimos anos (ver http://portoaocontrario.org/). Num repente, o discurso que foi sendo criado ao longo das várias etapas de protesto da cidade e que foi sendo escrito à medida que os passos eram dados, pode ser encontrado em *fac-simile*, nos manifestos que surgem por alturas de campanha eleitoral: *assembleias, horizontalidade, tomadas de decisão pela própria mão* e *autonomia* são palavras que surgem num programa dum partido que, tal como qualquer outro, possui uma forte estrutura hierárquica, integrado, tal como qualquer outro, na estrutura eleitoral. Isto com a leviandade da coisa mais natural do mundo, sem nunca se vislumbrar o contra-senso da tentativa, ainda que dissimulada, de institucionalização e aproveitamento das resistências que foram decorrendo na cidade nos últimos anos, em prol da busca do voto dissidente, tentando desta forma escapar à estigmatização crescente dos partidos políticos.

Face a uma inexistência assumida para lá dos limites do jogo eleitoral, recorre-se à memória e ao manancial da participação dos seus militantes nos referidos movimentos, como se de uma cobrança se tratasse, ainda que a distância de qualquer receita política da democracia representativa seja clara por quem neles participa. Na ausência da criação dum espaço próprio, de discussão e acção, mediatizam-se presenças, ergue-se um rosto mandatado pelo partido e fala-se de virar uma cidade ao contrário, passando o jogo para dentro das quatro linhas da disputa pelo controlo de uma autarquia, na tentativa de encantamento dum segmento do eleitorado descontente com o funcionamento das estruturas existentes, tendo como ambição uma possível coligação de esquerda à cabeça duma autarquia. (ver http://goo.gl/VSBmyL).

Neste contexto, a apropriação de experiências que têm como vontade matriz a autonomia e a liberdade de decisão, por parte duma campanha eleitoral como a do Bloco de Esquerda, torna-as um adorno dum jogo cujas regras estão bem definidas: a angariação de votos para a inclusão num hemiciclo decisor, eleito de 4 em 4 anos, e onde o pensamento e acção estão conscientemente reféns da sua expansão, através dos meios de comunicação social, para a esfera pública.

FECHA-SE UMA PORTA, ABREM-SE MIL JANELAS

O período actual é, sem sombra de dúvida, propício à convulsão social. A consciência crescente de que as respostas sobre os desafios das nossas vidas não se encontram numa estrutura partidária, cria uma inquietação sobre os rumos a tomar: estas entidades deixam de ser solução e passam a ser problema na perspectiva da criação dum pensamento crítico e livre. A autoridade é posta em causa, repensam-se formas de funcionamento mais próximas das necessidades de cada comunidade e dos desafios vividos.

Já a institucionalização das lutas acarreta um controlo sobre as suas acções, impedindo passos possíveis que apenas podem ser descobertos quando dados: a alteração dos quotidianos, em que a busca de autonomia com base na solidariedade foge dos eixos dos discursos do mero debate político, é a possibilidade aberta por estes períodos de resistência pontuais, feitos de pequenas rupturas com uma normalidade imposta, abrindo lugar à transformação possível do que nos rodeia. E este é o jogo que se dá longe da política, que não pode ser representado por ninguém, e jamais se encontrará numa cartilha nem num qualquer outdoor que anuncie um novo candidato a uma corrida viciada.

RELEMBRANDO ALGUNS EPISÓDIOS DA GESTÃO AUTÁRQUICA E SUAS FIGURAS PROEMINENTES: UM RETRATO DO PODER LOCAL

ARTUR MORENO

A administração local reproduz objectivos e resultados semelhantes a outras formas mais centralizadas de poder, sendo uma expressão da sua totalidade. São idênticos os esquemas e mecanismos de operar na apropriação privada de bens, recursos e fundos que pertencem a todos. Neste modelo de gestão do chamado "bem comum", totalmente dominado por partidos políticos, empresários de "sucesso" e figuras proeminentes, estão criadas as condições óptimas para a proliferação das várias formas de corrupção e fraude que todos os dias vêm a público.

Em época de eleições autárquicas, quando se pretende legitimar este sistema político-administrativo através do voto, convém relembrar alguns episódios recentes, já conhecidos e reincidentes um pouco por todo o país. Isto para quem tem memória fraca e já se esqueceu de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Abílio Curto, Valentim Loureiro, Narciso Miranda, entre outros, ou dos negócios milionários do Parque Mayer, do Vale do Galante, ou do caso de Alfena onde um terreno comprado por 4 milhões às 16h é vendido às 16h30 por 20 milhões[1].

BRAGA AGOSTO DE 2013

Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga há 32 anos, apoia e promove a instalação de uma estátua de homenagem a Cónego Melo. Logo após o 25 de Abril, o "grande Bracarense", que Mesquita Machado elogia e de quem era amigo, participou na organização terrorista ELP[3] e apoiou atentados bombistas, um dos quais vitimou o Padre Max. Mesquita Machado e membros da sua família foram várias vezes indiciados em casos de corrupção[4].

VISEU AGOSTO DE 2013

Fernando Ruas, presidente da Câmara Municipal de Viseu há 24 anos, em época de pré-campanha eleitoral, entrega cheques a duas paróquias, no adro da igreja após as missas. Numa delas, Ruas teria mesmo falado aos fiéis durante a eucaristia[5].

GAIA AGOSTO DE 2013

Em pré-campanha eleitoral, Luís Filipe Menezes, ex-presidente da Câmara Municipal de Gaia e candidato à Câmara Municipal do Porto, paga rendas a moradores de bairros sociais do Porto[2]. As técnicas aperfeiçoam-se, desta vez não são frigoríficos como nas campanhas de Valentim Loureiro.

PORTIMÃO JUNHO DE 2013

O vice-presidente da Câmara de Portimão, Luís Carito, o vereador Jorge Campos e outras três pessoas são detidos por suspeitas de corrupção, entre vários crimes na gestão da empresa municipal Portimão Urbis com outras empresas, nomeadamente, a de formação profissional da companheira do vice-presidente. Nas buscas efectuadas ao domicílio de Luís Carito, este terá tirado um papel das mãos de um agente da PJ, engolindo-o de imediato[6].

LISBOA ABRIL DE 2013

A Câmara Municipal de Lisboa é alvo de denúncias anónimas junto da Procuradoria-Geral da República por alegada má gestão de contratos com bancos estrangeiros e por ter, supostamente, favorecido o Banco Espírito Santo, numa operação de 5,751 milhões de euros, relacionada com a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa[7].

MONCHIQUE ABRIL DE 2013

Um vereador da Câmara de Monchique é acusado de ter desviado 300 mil euros da autarquia, através da falsificação de facturas de pagamento a dois fornecedores da Câmara. Os factos remontam ao período entre 2003 e 2009, altura em que António Mira era vereador com o pelouro financeiro[8].

OEIRAS ABRIL DE 2013

Isaltino Morais, presidente da Câmara Municipal de Oeiras durante 16 anos (até 2002) e posteriormente ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (até 2003), é detido para cumprir uma pena de prisão efectiva por branqueamento de capitais e fraude fiscal[9]. Isaltino Morais foi condenado em 2009 a sete anos de prisão e perda de mandato autárquico, mas em Julho de 2010 a Relação de Lisboa decidiu anular as penas. O presidente da Câmara de Oeiras chegou a estar detido durante cerca de 24 horas em 29 de Setembro de 2011, tendo sido libertado por se constatar que um recurso que tinha interposto tinha efeito suspensivo.

PORTO ABRIL DE 2013

Rui Rio, presidente da Câmara Municipal do Porto, continua o seu plano de demolição do bairro do Aleixo. Durante a implosão da torre 4, vários adolescentes, mulheres e homens emocionados, gritam e choram, alguns chamam "gatuno" ao presidente[10]. Com a expulsão dos moradores, o espaço do bairro social, avaliado em cerca de 13 milhões de euros, dará origem a habitações de luxo. A entidade responsável por este grande negócio imobiliário é o FEII[11], do qual já fez parte Vítor Raposo, empresário e deputado do PSD entre 1991 e 1995 e já investigado por suspeitas de burla, branqueamento de capitais e outros ilícitos, num processo que envolvia o advogado Duarte Lima e seu filho[12].

FARO JANEIRO DE 2013

Um acórdão do Tribunal Constitucional indeferiu o recurso interposto pelo presidente da Câmara de Faro, Macário Correia, confirmando a pena a que tinha sido condenado em Junho de 2012, pelo Supremo Tribunal Administrativo, de perda de mandato por violação dos regulamentos de urbanismo e ordenamento do território, quando era presidente da Câmara de Tavira[13].

1 Paulo Morais, A Corrupção e a origem da crise, http://goo.gl/RyJg3Z

2 Público, http://goo.gl/X3Urki

3 Exército de Libertação de Portugal

4 Correio da Manhã, http://goo.gl/tLJxOp

5 Jornal de Negócios, http://goo.gl/vSILXF

6 Tvi24, http://goo.gl/Wg2tvH, http://goo.gl/Wg2tvH

7 Jornal Sol, http://goo.gl/r1XpF8

8 Rádio Renascença, http://goo.gl/Zppc04

9 Jornal de Negócios, http://goo.gl/ax1bbl

10 Diário Digital, http://goo.gl/WlmueW

11 Fundo Especial de Investimento Imobiliário

12 Diário de Noticias, http://goo.gl/2RCCaO

13 Sic Noticias, http://goo.gl/HD7MjY

MAPA ASTRAL

É amplamente conhecido o facto de não existir futuro e, consequentemente, a inevitável falência de qualquer previsão feita sobre algo que não existe. Mesmo assim, o jornal MAPA não se quis furtar aos prazeres ocultos da velha arte de vendedor da banha da cobra e resolveu colocar no mercado alguma esperança para um país à beira do desespero. O horóscopo que se segue pode não ser certeiro ao adivinhar os destinos do leitor, mas será certamente um amigo que enfrenta consigo os apertos do dia-a-dia. POR **MADAME LUPIÓN**

CARNEIRO
21 de Março a 20 de Abril

Dinheiro e trabalho: A situação actual, o cruzamento de Marte com o buraco negro* instalado na aurora que circunvala a Terra, não favorece o ciclo do dinheiro e do trabalho tal como estávamos habituados até agora. O dinheiro desaparecerá e o trabalho mudará. Mantém-te atento, esse talento especial que tens e que nunca tinhas mostrado por pudor será o que agora fortalecerá a tua relação com o mundo.
Saúde: Este mês o teu organismo sentir-se-á mais leve, mais ágil do que de costume. Introduz com maior frequência os cogumelos e os bagos na tua dieta, ajudar-te-ão a recuperar os açúcares naturais que desde há algum tempo tens em falta, e também são excepcionais para temperar aquelas saladas que tanto sucesso alcançam entre as pessoas que te rodeiam.
Amor: Este mês a coisa está péssima, mas não te despistes e aproveita intensamente cada terça-feira que se te apresente, um olhar e uma comissura húmida dar-te-ão uma oportunidade mas é preciso que estejas atento/a, desaparecerá em poucos segundos e não voltará até à terça seguinte.

TOURO
21 de Abril a 20 de Maio

Dinheiro e trabalho: Os homens de negro* assumiram uma forte presença no teu signo. Cheiram mal e mancham tudo por onde passam; mas a tua criatividade engenhosa rebentará reconvertendo-te ao sector da limpeza através de produtos extra-fortes. Conseguirás grandes lucros, tanto para ti como para a humanidade em geral.
Saúde: Tem muita atenção na gestão das tuas emoções, viveste acontecimentos de grande intensidade que perturbaram a estabilidade e o bom funcionamento dos teus intestinos. Se sofres de diarreia, o arroz é o teu melhor aliado. Se, pelo contrário, a prisão de ventre te atormenta, come kiwis em jejum e respira feliz.
Amor: Se procuras uma relação, as oportunidades amorosas apresentam-se muito perto de casa, podes encontrá-las no teu ambiente familiar. Se já tens uma, segue o mesmo conselho.

GÉMEOS
21 de Maio a 21 de Junho

Dinheiro e trabalho: O buraco negro* que recentemente se instalou na aurora que circunvala a Terra, perpetua uma paisagem desértica neste campo. Tu, especialmente positivo/a este mês, interpretarás esta situação como o que na verdade é: uma libertação da obrigação de levantar-se cedo pelas manhãs. Quanto ao necessário para viver, não te preocupes, a partir de agora os supermercados abrirão em horários pouco comuns e disponibilizarão os seus produtos gratuitamente, somente é necessário esperar o momento ideal.
Saúde: Este mês gozarás de uma saúde de ferro. Uma dieta equilibrada ajudar-te-á a manter este estado no tempo. Come cenouras, ideais para manter o bom estado da tua pele e, claro, um alho em jejum se algum dia te levantas ligeiramente febril. Não é necessário que o mastigues, ao fim e ao cabo os teus seres queridos não decidiram que sejas o seu ambientador ocasional.
Amor: Não é idílico, mas podes viver um momento de um grande empurrão e transcendência nalguma das tuas relações. Ter opiniões e visões opostas pode ser enriquecedor caso se superem as susceptibilidades. Se estás só este mês será simples: flui.

CARANGUEJO
22 de Junho a 22 de Julho

Dinheiro e trabalho: A tua atitude favorável durante este mês fará com que não te sintas demasiado afectado pela escuridão que se abate sobre o resto dos signos do zodíaco. O dinheiro e o trabalho são palavras escritas em papel que se diluem com a água que fica no fundo ao apoiar o copo .
Saúde: Tenta aproximar-te da praia todas as vezes que te seja possível este mês. O cheiro a salitre e o murmúrio do mar terão um efeito nutritivo sobre a tua pele. Os efeitos do verão secaram ligeiramente o teu cútis. Os quilinhos a mais, guarda-os bem, nunca se sabe quando podes necessitar dessa energia armazenada.
Amor: Alguém por quem sempre tinhas sentido um amor especial encontrará a felicidade com um amigo/a teu a quem tens um grande carinho. São momentos de alegria, duas pessoas que amas são felizes uma com a outra.

LEÃO
23 de Julho a 23 de Agosto

Dinheiro e trabalho: Este mês Vénus encontrar-se-á com Marte durante 12 dias e esconder-se-ão do buraco negro* que se está estendendo. O dinheiro e o trabalho estão intimamente relacionados, assim que um não pode ser sem o outro. Nenhum dos dois se destacará especialmente este mês. Isso não quer dizer que os teus astros não estejam bem alinhados.
Saúde: A tua saúde e energia serão tão boas este mês que a tua simples presença transmitirá hormonas curativas para partilhar com os que te rodeiam. A gente curar-se-á à tua volta. Aproveita o filão, quem sabe se voltarás a ter os astros tão bem enquadrados.
Amor: Entre o dia 3 e 11 deste mês despertarás, um dia, e descobrirás que a pessoa que dorme ao teu lado está a proporcionar-te um dos melhores momentos da tua vida.

VIRGEM
24 de Agosto a 23 de Setembro

Dinheiro e trabalho: Excelente, mas evita tomar qualquer tipo de decisão económica entre o 1 e o 31 do próximo mês porque, durante esses dias, o teu critério poderá não ser o mais acertado. Não abandones a tua tendência austera: um iate não se pode comer.
Saúde: Seguir uma dieta antioxidante pode ser uma boa opção já que, às vezes, obter um estado saudável está associado a processos de eliminação. Come ápio, é estupendo para gerar glóbulos vermelhos.
Amor: Será essencial para a tua relação que estimules os teus impulsos e abuses da sinceridade. Fala antes de pensar. Se não tens relação nenhuma segue o mesmo conselho.

BALANÇA
24 de Setembro a 23 de Outubro

Dinheiro e trabalho: O buraco negro* que vem da casa do lado simulou que passava sem consequências mas, finalmente, instalou-se na tua porta. Com um capacete negro e uma espada laser de néon cortarás e assustarás essa amálgama de partículas negras. Rapidamente receberás uma chamada de um reputado realizador de cinema que te oferecerá protagonizar a próxima saga ao melhor estilo G. Lucas. Este trabalho, e o dinheiro associado, levantarão o teu ego mas não resolverão os teus problemas de solvência.
Saúde: Acordas com os olhos inchados? Se queres que os teus olhos reduzam o inchaço em pouco tempo, coloca sobre eles um algodão empapado em leite frio e relaxa durante 10 minutos. De resto, felicidade.
Amor: Este mês uma grande actividade envolverá a tua relação sentimental. São momentos para cuidar o teu espaço pessoal e o comum. Enche-os de actividades que te façam, e vos façam, sentir vivos. Se não tens relação sentimental é um bom momento para começar uma. Se não procuras relação desfruta da tua própria companhia e de ter tempo para pensar nas tuas coisas. E apadrinha o gato que sempre quiseste ter ao lado.

ESCORPIÃO
24 de Outubro a 22 de Novembro

Dinheiro e trabalho: O sol instalou-se no teu signo e esta circunstância apazigua o efeito do buraco negro* que sobrevoa o resto das casas zodiacais. Um negócio familiar aparecerá perto de ti e não te proporcionará muitos lucros, mas ajudar-te-á a resolver antigas disputas com os teus parentes.
Saúde: A tua configuração astral recomenda evitar situações de stress ao volante, entrega-te à bicicleta e faz reluzir esse maillot cor-de-rosa brilhante que sempre deixas no fundo do armário. Modera o consumo de azeitonas na tua dieta habitual, costumam produzir pesadelos e mal-estar estomacal.
Amor: Depois de uma época sombria misturada com o sabor a ruptura, verás a claridade e apreciarás com intensidade os prazeres terrenos da vida: um copo de vinho, um pedaço de queijo e uma canção que sempre gostaste serão definitivamente melhor companhia que uma conversa insossa.

SAGITÁRIO
23 de Novembro a 21 de Dezembro

Dinheiro e trabalho: A tua casa zodiacal ver-se-á tremendamente afectada pelo buraco negro* que rodeia este mês todos os signos. É preciso ver a oportunidade que esta situação oferece, os buracos negros são espaços de difusão e mistura do espaço e do tempo. Agarra na mochila e lança-te à descoberta de como era a época dos dinossauros ou as tabernas do velho oeste americano com os teus próprios olhos.
Saúde: Se sentes a garganta irritada toma infusões de agrimónia em forma de gargarejos. Este remédio é muito útil em pessoas propensas a sofrer de amigdalite ou laringite. E tu, este mês, terás as amígdalas como bolas de futebol.
Amor: É momento de lançar-se à piscina, evita os fados e fustigarese te com fotografias da relação perdida. Atreve-te a descobrir novas e variadas relações intímas: a ninguém lhe amargará um doce.

CAPRICÓRNIO
22 de Dezembro a 20 de Janeiro

Dinheiro e trabalho: A tendência a gastar em excesso continua a ser o principal problema. Também, a presença do buraco negro* que afecta todas as casas zodiacais tem muito mais peso neste tema. Mantém uma atitude económica sustentável, mas sê sempre consciente que o maligno é o foco corrupto que impregna todo o território de escuridão. O buraco é o olho que tudo vê e tudo destrói.
Saúde: As más posturas corporais acabam por passar factura. E, no teu caso, é na anca onde mais se acumula a tensão que se repercutirá nos joelhos. As massagens nas costas eliminarão nós de tensão.
Amor: Dada a tua situação de saúde, consulta assiduamente o kamasutra e identifica aquelas posturas que não carreguem as ancas. Deixa o salto do tigre para quando estiveres em melhor forma. O teu joelho agradecerá e o teu sommier também. O/a teu/tua amante pode sempre esperar um mês.

AQUÁRIO
21 de Janeiro a 19 de Fevereiro

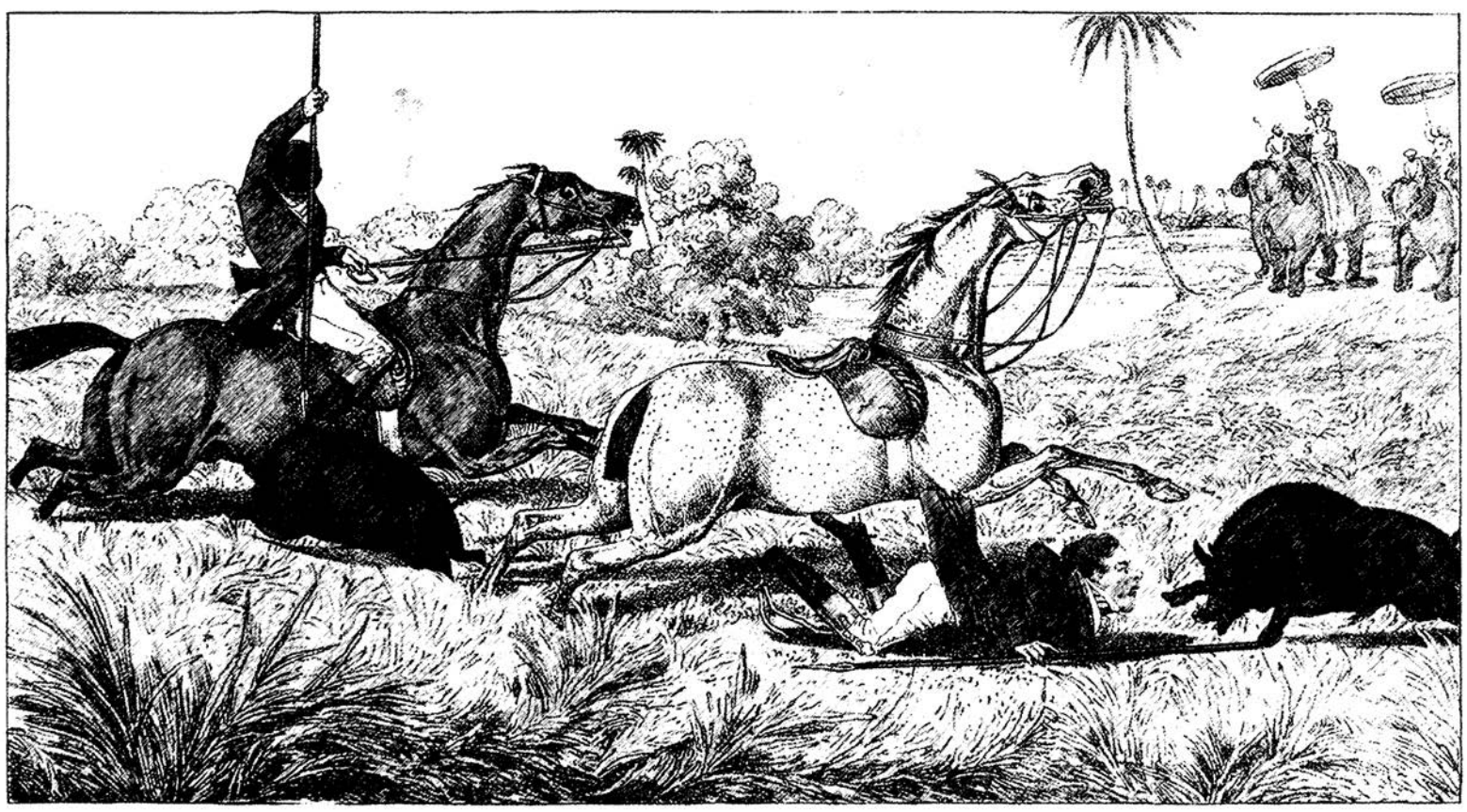
Dinheiro e trabalho: Bom momento para deixar de pagar a hipoteca do banco, a luz e, custe o que custar, evitar os créditos. O buraco negro* que revoluteia entre as casas zodiacais pressionará a tua consciência para que não o faças. Sê forte e resiste entre as tuas quatro paredes. Os teus vizinhos que se encontram numa situação parecida estarão mais dispostos que nunca a dar-te uma ajuda.
Saúde: Desfrutarás de um bom tom vital, o que te deixará preparadíssimo/a para enfrentar o frenético ritmo que se te depara este mês. Ainda assim, reserva um espaço para relaxares. Muito cuidado com os cítricos, farão suar o teu nariz mais do que é costume.
Amor: Não é fácil gerar encontros num período onde tanto tu como o/a teu/tua companheiro/a habitais em paraísos polares. Apesar disso, os opostos sempre partem de um mesmo ponto comum: tem-lo em conta. Impulsa a conexão e se saltam faíscas procura outro paraíso polar.

PEIXES
20 de Fevereiro a 20 de Março

Dinheiro e trabalho: O buraco negro* que vem da casa do lado passará por cima da tua cabeça sem tocar as tuas inteligentes relações laborais. Desde há tempo que estás imerso/a em negócios que proporcionam lucros a terceiros. Continua assim. No caso de ainda não te teres iniciado, do que é que estás à espera?
Saúde: Manter uma dieta sã e equilibrada permitir-te-á estabilizar certos índices que poderiam ter disparado. Trata os teus pés através de massagens.
Amor: O azar fará com que te reencontres com um antigo amor num dos cafés que costumas frequentar. Aproveita a ocasião e vive essa noite intensamente, mas não penses que é um sinal e não esperes que volte a acontecer. O teu caminho continuará a sua rota e o dessa pessoa também.

(*) Referência à "tríade" que actualmente gere as finanças do país: Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI, popularmente conhecida como troika ou num português mais correcto: tróica.

Crónica de Guerra e Paz.
Os Silva Mendes



J. TRANSVOORT

Quando um condutor com bigode farfalhudo e preto estacionava o *bmw* junto ao passeio, bateu ligeiramente num *volvo*. Isto sucedeu, precisamente, no instante em que este último iniciava a marcha. O embate foi insignificante e acidental. O condutor do *volvo* apressou-se a sair para fora do carro e, com uma voz distinta, tratou o condutor do *bmw* de «seu grande burro». Permanencendo sentado dentro do *bmw*, o condutor apelidou o homem do *volvo* de «estúpido». Este, que estava a examinar o pára-choque do volvo, replicou: «Você é um cabrão de um porco, um grande cretino, um pobre diabo, uma batata podre!». «Grande bode me saiu na rifa!», desabafou o condutor do *bmw* a erguer-se para fora do automóvel. Depois, com um dos pés dentro do *bmw* e com o outro em cima do alcatrão, a mão direita a segurar a porta, continuou: «você parece deitar esterco pela boca». «Olha..., olha o porco», exclamou, já a deitar saliva, o homem do *volvo*, «o senhor é uma sargeta». «O quê? Repita lá isso!», desafiou, sacudindo a porta, o do bmw e afirmou, «você é um saco remeloso, um grande sacana, um réptil que rasteja pelos esgotos com cara de vacão». «Pobre filho de uma grande senhora», retorquiu de imediato o homem do volvo, «não passas de um vadio. Um cabrão de um marginal». «Deves estar sob o efeito do cavalo», afirmou, como quem descobriu a verdade, o homem do *bmw*. «O quê?», disse, com ar surpreso, o do *volvo*, «como é que você sabe que montei hoje a cavalo?». «Presunçoso de merda», disse o outro. «Perdão», interrompeu o condutor do *volvo*, «deixe que me apresente, ainda não lhe disse... chamo-me Duarte Silva Mendes». «Mas..., que diabo! Eu sou igualmente Silva Mendes, Paulo da Silva Mendes, respondeu o homem do *bmw*. «Sou o presidente da Liga Amiga do Aperfeiçoamento do Cavalo de Raça Lusitana». «Ah, sim! Então, tem de pertencer, afirmou por sua vez o Duarte Silva Mendes, ao nosso Instituto Para o Enobrecimento da Cultura em Portugal. Eu sou o secretário-geral! E desculpe, não admito que diga não. Caramba! Você é um Silva Mendes! Precisamos de si. Homens honrados, de Civilização.» «Tenho todo o prazer em conhecer», respondeu o Paulo da Silva Mendes, «um homem com a sua envergadura. Eu, a minha esposa e, inclusive, os meus cavalos lusitanos, aceitamos o seu convite». De seguida, os dois homens combinaram a data e a hora em que, acompanhados pelas esposas e pelos cavalos, entrariam juntos no edifício do Instituto Para o Enobrecimento da Cultura em Portugal & Arredores.

Eu sou o secretário-geral! E desculpe, não admito que diga não. Caramba! Você é um Silva Mendes! Precisamos de si. Homens honrados, de Civilização.»

e ainda
RETROVISOR pág. 13
A REVOLTA DO MANUELINHO
LIVRO pág. 15
BELO COMO UMA PRISÃO EM CHAMAS
CONTRAMAPA pág. 16
SALVO CONDUTO
mapa
Jornal de Informação Crítica
caderno central
A VIOLÊNCIA DE EXCEPÇÃO TORNA-SE A REGRA DO DIA-A-DIA
Contribui para o MAPA
Tens fotos originais, panfletos distribuídos na rua, artigos sobre lutas na tua cidade, na tua escola, no teu trabalho, informações sobre resistências no teu bairro ou denúncias de abusos e repressão?
ESCREVE-NOS PARA: GERAL@JORNALMAPA.PT
Queres distribuir o jornal MAPA na tua cidade, na tua Vila, na tua Aldeia, no teu Bairro, na tua praia ou na tua serra? Queres receber o MAPA?
ESCREVE-NOS PARA: DISTRIBUICAO@JORNALMAPA.PT
E claro, todos os assinantes são bem vindos...
ESCREVE-NOS PARA: ASSINATURAS@JORNALMAPA.PT

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 3
Setembro 2013

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redação: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900- Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:
M. Lima*, IA*, IX*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, D. Silvano Popino, Artur Moreno*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, Nuno Raliv, Roque Hermínio Carreira, P.M*, Paulo Ferreira, A.P, Ali Baba*, António José Costa Oliveira,

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: bimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Tweeter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 3
SETEMBRO 2013 · ANO I
3000 EXEMPLARES

Meu querido mês de Agosto

ROQUE HERMÍNIO CARREIRA

Vivo na zona centro do país há quinze anos, mais precisamente no concelho de Tondela. Foi aqui que durante toda a minha infância e parte da juventude passei as férias de Verão. Foi cedo que me habituei a ver o Verão chegar com tudo o que lhe é característico: o calor seco; os emigrantes; as inúmeras festas "religiosas" que esperam religiosamente pelo dinheiro que os emigrantes ainda possam trazer e, claro, o fumo permanente no ar que se respira, o som das sirenes e dos motores dos aviões e helicópteros que combatem os incêndios tão "típicos" e sazonais.

Este ano não foi diferente, vi a Serra do Caramulo a arder mais de uma semana. Vi o presidente da República a dar publicamente as condolências à família de um banqueiro, ignorando a morte de uma jovem bombeira nesse mesmo dia no Caramulo. Vi o primeiro ministro a voar para o centro de comando de Viseu sendo apresentado, na página da protecção civil, como a "autoridade no local". Vi o candidato pelo partido que detém a Câmara a ter o protagonismo mediático normalmente ocupado pelo presidente. Vi o corpo de bombeiros do Campo de Besteiros, zona operacional do fogo, sem comandante porque estava de férias e não voltou. Ouvi relatos de bombeiros que estiveram mais de 20 horas a combater o incêndio sem lhes levarem água ou comida tendo que descer a Serra para virem alimentar-se. Vi o apelo dos bombeiros à população a pedir comida e assisti à rapidez com que a população acudiu. Ouvi relatos de "fogo controlado" que não correu bem por desconhecimento do terreno. Ouvi repetidamente a história dos meios de ataque aéreo, de como faltam mais, e vieram-me à memória as imagens de infância dos aviões Hercules C130 da força aérea a apagar fogos exactamente na mesma Serra. Vi soldados da GNR com equipamentos que custam o equivalente a equipar 10 bombeiros voluntários. Vi o fogo a não poder ser combatido por meios aéreos em alguns sítios por causa dos geradores eólicos estrategicamente colocados nas cordilheiras das serras, talvez por falta de costa atlântica onde os pôr... Vi a polícia judiciária a cagar números de detidos por fogos florestais. Vi a criação de uma página de ódio no facebook a defender a morte dos suspeitos pelo incêndio do Caramulo. Ouvi novamente chamar floresta a verdadeiros pomares de eucaliptos e pinheiros onde a monocultura raramente é excepção, e pelos mesmos oradores que defendem com unhas e dentes a limpeza incondicional das matas exterminando toda a bio-diversidade que possa existir ao nível do solo.

Vi e ouvi tudo isto e muito mais, porque os meus amigos da aldeia, aqueles com quem eu brincava quando era novo, partiram e com eles muitos outros, à procura de um futuro melhor "lá fora". E todos os anos são mais. O interior perde pessoas todos os dias, os campos vão sendo abandonados e entregues a uma gestão à distância onde a solução "eucalipto" mais tarde ou mais cedo baterá à porta na mão de um senhor engravatado de qualquer empresa de celulose. Esta solução, que aos olhos de muitos parece a melhor, esconde factores como a forte acidificação dos terrenos, o esgotamento das reservas de água no subsolo e, claro, a rápida propagação dos incêndios. A floresta não é isto, ao invés de ser resultado e motivo directo da emigração, devia e podia ser motivo de atracção e estabelecimento de pessoas no interior. A floresta mista e autóctone é fonte de rendimento durante o ano todo se assim o desejarmos. Da floresta podemos extrair biomassa, estrumes, frutos de bosque, aromáticas, mel, um sem número de cogumelos silvestres, etc. Uma gestão sustentável destes recursos, para além de criar postos de trabalho, mantém a floresta ordenada e vigiada permanentemente. Mas há quem não queira isso, parece que a pasta de papel também se vende muito bem "lá fora". O Estado observa, aplaude e estimula, com portagens e eucaliptos a desertificação da província. O interior transformou-se numa grande "reserva de índios", com o seu artesanato, os seus queijos, os vinhos, as chanfanas do Caramulo e, claro, os incêndios florestais... Tudo propositadamente "Very typical".

O interior perde pessoas todos os dias, os campos vão sendo abandonados e entregues a uma gestão à distância onde a solução "eucalipto" mais tarde ou mais cedo baterá à porta na mão de um senhor engravatado de qualquer empresa de celulose.

MAPA BORRADO :

SENTIR LISBOA
WOODY ALLEN, O FAMOSO REALIZADOR DE FILMES PARA CÂMARAS MUNICIPAIS CHEGA A LISBOA A CONVITE DE ANTÓNIO COSTA
É UM PRAZER TÊ-LO CÁ A FILMAR. JÁ FOI LONDRES, PARIS, ROMA, BARCELONA.. JÁ TARDAVA LISBOA
É PERFEITA PARA COMEÇAR O MEU PRÓXIMO FILME
UM JOVEM AMERICAN CHEGA A LISBOA ESTÁ A FAZER UM PHD
HOTÉIS DE CHARME NA BAIXA POMBALINA
É BOLSEIRO, APAIXONA-SE POR UMA FADISTA CHAMADA MARIA JOANA DA PIEDADE
É NA MOURARIA
DEPOIS A MARIA JOANA DA PIEDADE VAI PARA AMSTERDAM PORQUE NÃO TEM DINHEIRO PARA PAGAR A CASA
PARECE-ME BEM
E O RAPAZ VAI ATRÁS
ESPERE, AMSTERDAM NÃO É LISBOA
ASSIM PERDE-SE ...
ALI NO INTENDENTE FAZÍAMOS UMAS OBRAS OUTRA VEZ PARA TRÁS
UMA RECONSTITUIÇÃO
AQUILO É UM ANTRO
ERA... É...
FOR YOU
NÃO, VAI SER EM AMSTERDAM JÁ TRATEI COM O MAYOR
NAÃO NÃO
A CENA FINAL NO PORTO DE AMSTERDAM COM OS MARINHEIROS A MIJAREM COMO EU CHORO SOBRE AS MULHERES QUE ME ENGANAM
NÃO, ALFAMA... VAMOS POR LÁ FAZER UM PORTO DE CRUZEIROS. OS MARINHEIROS PODEM MIJAR LÁ...
PORTO DE CRUZEIROS, UM AUTOCLISMO DE TURISTAS
PERFECT!! ESTÁ FEITO
JOSÉ SMITH VARGAS & MIGUEL C. CALDAS